

**ACTA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA DE 26 DE
FEVEREIRO DE 2010**

----- No dia vinte e seis do mês de Fevereiro do ano de dois mil e dez reuniu-se no Salão Nobre dos Paços do Concelho, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Lousada. A Mesa foi constituída pelo presidente da Assembleia Mário Fonseca e secretariada por Ana Raquel Conceição e Mário Sergio Cunha com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- 1 - Interpelação ao Sr. Presidente da Câmara e discussão de outros assuntos de interesse do Município; -----

----- 2 - Apreciação das informações remetidas pelo Sr. Presidente da Câmara nos termos da lei; -----

----- 3-Mapa de Pessoal do ano de 2010-Rectificação; -----

----- 4 – Empréstimo para investimentos a financiar pelo FEDER no âmbito do QREN, no valor de 492.963,02€ -----

----- 5 - Empréstimo para investimentos a financiar pelo FEDER no âmbito do QREN, no valor de 164.321,00€ -----

----- 6 – Empréstimo destinado a investimentos na área do saneamento básico até 2.227.000,00€ -----

----- 7 – Autorizar o Município a associar-se à AMPV- Associação de Municípios Portugueses de Vinho. -----

----- Com a sessão marcada para as vinte e uma horas, não havendo quórum, procedeu-se à chamada às vinte e uma hora e trinta minutos tendo respondido à chamada: José Augusto Barros, Joaquim Almeida Santos, Carlos Manuel Soares Nunes, Ana Raquel Oliveira Pereira da Conceição, Mário Sérgio Teixeira da Cunha, Cláudia Patrícia Alves Pereira Lousada, Joaquim José da Silva Rocha, Cristóvão Simão Oliveira de Ribeiro, João Carlos Pinto Correia, Manuel Campos Neto, Alberto Oliveira, José Manuel Teixeira Gonçalves, Maria de Lurdes Oliveira de Castro, João Amadeu Mesquita Baptista Ferro, Joaquim José Correia Bessa, José Bernardino Pinto Nogueira, Vanda Sofia de Oliveira Bragança, Ana Margarida Morais da Silva Neto, Nelson Ângelo Coelho Oliveira, Rui Filipe Ribeiro Magalhães, Branca Cecília Vieira de Sousa, Filipa Maria de Jesus Dias Ventuzelos, Francisco Xavier Teixeira Pires, José Moreira Morais presidente da Junta de Freguesia Alvarenga, Manuel da Silva Ferreira presidente da Junta de Freguesia de Aveleda, Fernando Jorge Martins presidente da Junta Freguesia Barrosas Santo Estêvão, Dora Manuela Santos presidente da Junta de Freguesia de Boim, António de Sousa Meireles presidente da Junta de Freguesia de Caíde de Rei, Eduardo António Taveira presidente da Junta de

Freguesia de Cernadelo, João Luís Meireles cabeça da lista mais votada na Freguesia de Covas, Jorge Simão Teixeira, presidente da Junta de Freguesia de Cristelos, José Manuel Nogueira presidente da Junta de Freguesia de Figueiras, Antero Pinto Leal, presidente da Junta de Freguesia de Lodares, Manuel Rolando Pinto presidente da Junta de Freguesia de Lousada (São Miguel), Amâncio Augusto Santos presidente da Junta de Freguesia de Lustosa, Alberto Carlos Sousa presidente da Junta de Freguesia de Macieira, Francisco Rocha Machado, representante legal do presidente da Junta de Freguesia de Nespereira, José Luís Pacheco presidente da Junta de Freguesia de Nevogilde, António Carlos Ferreira presidente da Junta de Freguesia de Nogueira, José Ribeiro da Silva presidente da Junta de Freguesia de Pias, Fausto Manuel Oliveira presidente da Junta de Freguesia de Silvares, Adrião Paulo Mendes presidente da Junta de Freguesia de Sousela, Carlos Manuel Fernandes presidente da Junta de Freguesia de Torno, António Joaquim Queirós presidente da Junta de Freguesia de Vilar do Torno e Alentém, e Mário Fonseca, num total de quarenta e cinco membros. Estiveram também presentes o senhor presidente da Câmara e os senhores vereadores, Leonel Vieira, Pedro Machado, Cristina Moreira, Maria Cândida Barreira, Eduardo Vilar e Agostinho Gaspar. -----

----- O Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão -----

----- PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- O senhor presidente da Assembleia começou por informar que Manuel de Sousa Neto, substitui Maria Emilia Chamusca que comunicou ausência por trinta dias e o presidente da Junta de Freguesia de Nespereira, José Oliveira Nunes, está representado, pelo representante legal, Francisco da Rocha Machado. Informou ainda, que aquando da elaboração do Regimento para este mandato, foi pedido um parecer à CCDRN acerca do envio da documentação de suporte à ordem do dia, conforme estabelece o artigo 86º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro e que no mesmo foi-nos dito o seguinte: “... que muito embora os prazos sejam alargados no Regimento, essa disposição não é vinculativa para terceiros pelo que a Câmara estará apenas obrigada a cumprir os prazos previstos no referido artigo.” Confirma aquilo que foi interpretado e redigido no Regimento. Esclareceu que em sequência da indicação do representante para o Conselho Consultivo do Centro Hospitalar do Vale do Sousa, lhe foi comunicado, que de acordo com Decreto-Lei nº 233/2005, de 29 de Dezembro o Conselho Consultivo apenas terá um representante do município onde se

encontra a E.P.E., o que não é o caso de Lousada, pelo que deverá ficar sem efeito a indicação do representante para este Conselho. Por fim, comunicou que esteve presente na reunião do Conselho Geral da Associação Nacional de Municípios Portugueses para o qual foi eleito no último congresso. -----

----- Apresentou justificação de falta à sessão ordinária de vinte e sete de Novembro de dois mil e nove, o seguinte membro: José Oliveira Nunes, presidente da Junta de Freguesia de Nespereira. -----

----- E à sessão extraordinária de dezoito de Dezembro de dois mil e nove o seguinte membro: José Oliveira Nunes, presidente da Junta de Freguesia de Nespereira. -----

----- De seguida foi posta à discussão e votação a acta da sessão ordinária de vinte e sete de Novembro de dois mil e nove, que foi aprovada por unanimidade de quarenta e cinco votos. -----

----- Eram vinte e uma horas e trinta e sete minutos quando deu entrada nesta Assembleia o seguinte membro: Manuel Joaquim Mota, Presidente de Junta de Freguesia de Casais -----

----- E a acta da sessão extraordinária de dezoito de Dezembro de dois mil e nove, que foi aprovada por unanimidade de quarenta e seis votos, com declaração de voto do senhor Joaquim Santos membro do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Ao tempo a acta foi aprovada por trinta quatro votos e dez abstenções. Hoje aprovada por unanimidade. Como é que isto é possível?» -----

----- Eram vinte e uma horas e trinta e oito minutos quando deu entrada nesta Assembleia o seguinte membro: António Filipe Barbosa -----

----- Seguiu-se o Período de Intervenção dos Grupos Municipais -----

----- Intervenção do Sr. Xavier Pires da CDU- Coligação Democrática Unitária: «Senhor presidente da Assembleia, membros da Mesa, senhor presidente da Câmara Municipal, senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados, público e comunicação social presente. Em nome da CDU Lousada, questiono o executivo, e também por hoje se terem realizado vários protestos contra as auto-estradas/SCUT virem a ser portajadas. Que medidas está a Câmara a tomar em conjunto ou não com a Associação de

Municípios que integra? A CDU Lousada contesta e repudia a atitude do governo central com as proposta de promulgação dos decreto-leis cento e onze, cento e doze e cento e treze, porque se o país está numa grave crise económica, é por isso que não se compreende como é que este governo quer incluir portagens numa região tão débil económico-socialmente, sobretudo por não existir vias alternativas às auto-estradas quarenta e um e quarenta e dois.» -----

----- Intervenção do Sr. José Augusto Campos de Barros - Coligação Lousada Viva: «Excelentíssimo senhor presidente da Assembleia Municipal e senhores secretários, excelentíssimo senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, membros ilustres da Assembleia Municipal, excelentíssimo público, excelentíssimos senhores representantes da comunicação social. Factos, situações e comportamentos ocorridos nas Assembleias Municipais do presente mandato, e que, segundo informações obtidas, são repetições já sucedidas em mandatos anteriores, de modo algum se enquadram nos pressupostos de uma democracia de verdade e não meramente formal. Democracia de comportamento de todos os elementos da Assembleia Municipal deveria ser um exemplo em que todos os Lousadenses se revissem. No entanto e lamentavelmente nem sempre assim sucede, e mais lamentável é que o fulcro das diversas anomalias seja a actuação do senhor Presidente da Assembleia, como responsável pela direcção dos trabalhos. Na verdade, dirigir não é mandar, eu quero, posso e mando, não tem qualquer cabimento na função de qualquer Presidente de Assembleia, cujo comportamento deverá servir de exemplo a todos os restantes elementos da mesma. Comportamentos iguais para iguais situações, constitui um mínimo que se pode esperar. Do mesmo modo que uma intervenção relativa a um ponto de ordem à mesa, de modo algum pode, ou melhor, deve ser interrompida sem que a matéria em causa tenha sido devidamente esclarecida. E o facto de um erro se repetir durante anos, não transforma um erro em actuação acertada, até porque segundo conheço sobre a matéria, o princípio do usucapião não se aplica a esta situação. E ainda sobre esta matéria duas referências, porque não acredito que o senhor presidente da Câmara não tenha lido o Regimento da Assembleia Municipal, sugiro que o reveja e contabilize o número de vezes em que as expressões discutir, analisar ou votar constam do mesmo Regimento. E onde constam tais situações na convocatória? E como, salvo em situações excepcionais, só podem ser tratadas matérias que constam na ordem de trabalhos, concluí-se que nenhuma discussão, análise ou votação poderia ter lugar, pelo menos na última Assembleia. Assim e de acordo com ordem de trabalhos apenas

haveria que aprovar. Como é possível que o senhor presidente tão rigoroso e exigente em outras situações aceite, ou melhor imponha a aceitação da Assembleia de tais anomalias? Ainda em relação a esta matéria de modo algum se aceita que em qualquer circunstância e para se tentar desacreditar os conhecimentos de qualquer elemento da Assembleia Municipal sobre as normas de funcionamento da mesma, seja posta em causa a sua competência profissional, repito profissional, não política. Pela minha parte, nunca e em circunstância alguma procederei de tal modo, relativamente á actividade profissional do senhor presidente da Assembleia, que enquanto mero cidadão merece todo respeito e consideração, mas como se diz na gira militar “serviço é serviço, conhaque é conhaque”. Felizmente que no respeitante ao comportamento dos senhores deputados nada de anormal há a registar, assistindo-se ao debate de ideias com respeito mútuo e sem intervenções que firam a ética politica, que assim se continue. E seria bom que as intervenções paternalistas ou professorais tenham fim, não se repetindo, por exemplo, lições sobre o modelo de configuração das declarações de voto. Um bom exemplo a seguir é o comportamento do senhor Dr. Jaime Gama, por sinal, um ilustre socialista. E agora uma simples referência a comentários e conselhos da autoria do ilustre senhor, segundo secretário, feitos na comunicação social. Contrariando o procedimento que o próprio defende. “bagunça”, a expressão é minha, é o que determinados comportamentos podem originar e que ainda há pouco tiveram lugar. Quanto a uma eventual suspensão da democracia e regresso à ditadura, houve um indesculpável erro no endereço, até porque não meto, nem nunca meti na gaveta os princípios e ideais pelos quais arrisquei a minha liberdade e algo mais. Um pouco mais de cuidado na colocação dos endereços, até para que o recado não seja devolvido ao remetente. Apenas queria dizer que nas opiniões que aqui expresso me considero muito bem acompanhado. Como poderão verificar, se consultarem uma acta da reunião ordinária de vinte e um de Dezembro da Câmara Municipal, acta número quatro. Já distribui cópia de um extracto aos companheiros da bancada, se alguém estiver interessado terei muito gosto em facultar essas cópias também.» -----

----- Eram vinte e uma horas e quarenta e cinco minutos quando deu entrada nesta Assembleia o seguinte membro: Moisés Dias Ribeiro, Presidente de Junta de Freguesia da Ordem -----

----- Intervenção da Sr.^a. Cláudia Lousada do Grupo Municipal “Lousada Viva”- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Excelentíssimo senhor presidente da Assembleia Municipal, excelentíssimos senhores secretários da Mesa da Assembleia, excelentíssimo senhor presidente da Câmara, excelentíssimas e excelentíssimos senhores vereadores, excelentíssimas e excelentíssimos senhores deputados, excelentíssimo público e excelentíssima comunicação social. Devo confessar que foi um choque para mim observar a forma como têm decorrido as Assembleias Municipais. De facto, esperava e sempre entendi que a postura de um presidente de uma Assembleia devia ser sempre de imparcialidade, e igualdade de tratamento para com os grupos municipais. Não é o que se verifica. Há falta de imparcialidade, há falta de respeito para com as intervenções dos deputados. Tem-se verificado por parte da Mesa da Assembleia diversas interrupções. Questiono-me se terá sido apenas coincidência, mas o que é certo é que só acontecem com os deputados da coligação Lousada Viva. Até o sistema de som só tem falhado nas intervenções dos deputados da coligação. Tenho de concordar com o capitão Campos de Barros que o termo aprovação que surge na convocatória, pressupõe uma decisão, esquecendo que o objectivo desta Assembleia é analisar, discutir, debater e por último votar. Até nestes pequenos pormenores se pressente a intenção de esvaziar as funções desta Assembleia. As declarações de voto estão previstas no Regimento desta Assembleia Municipal com o limite máximo de três minutos. Pois tenho-me apercebido de algum desagrado por parte da condução de trabalhos sempre que é feita uma declaração de voto. Aliás, se bem me lembro, e com certeza estará em acta, o senhor presidente da Assembleia sugeriu que brevemente iria propor alteração do Regimento, face às diversas declarações de voto apresentadas pela coligação Lousada Viva. Compreendo agora porque não aceitaram as nossas propostas de alteração ao Regimento. É que estes vinte anos de poder fizeram esquecer que estamos numa democracia, se não vejamos: primeiro, propusemos a rotatividade das intervenções, mas não aceitaram para que fosse o PS o último a intervir. Onde está a igualdade? Deduzo que receiam o debate e receiam o contraditório. Segundo, propusemos a intervenção do presidente intercalada nas voltas das intervenções dos grupos municipais, não aceitaram, não permitindo assim um melhor esclarecimento e o debate político. Mas o que é que receiam afinal? Terceiro, propusemos a intervenção do público no início da sessão, mas preferiram no fim. Certamente para que o público não esteja presente, para não testemunhar o infeliz funcionamento desta Assembleia, que funciona como se fosse pertença de um só partido e não de todos os lousadenses. Não percebem que com estas atitudes estão a diminuir a

essência do debate político, diminuem o papel e o estatuto da oposição e esvaziam as funções desta Assembleia. Não esqueçam que a oposição representa uma parte significativa e crescente da população de Lousada e tem de ser respeitada como tal. Senhor presidente da Assembleia, senhores deputados, quero acreditar que foram apenas episódios fruto de frustrações, entusiasmo próprios da política. Espero sinceramente não voltar assistir a estes comportamentos, pois entendo, que todos nós comungamos do mesmo objectivo, servir a população de Lousada, e tal só será possível obedecendo a princípios básicos como a tolerância, o respeito e a igualdade.» -----

----- Esclarecimento do Sr. Presidente da Mesa da Assembleia: «Não sei se sabe, mas provavelmente andarás um bocadinho distraída, ou então as pessoas não sabem ler o regulamento. Está previsto que o presidente da Câmara fale a meio, está no Regimento. Ele pode falar ou não, se quiser. A senhora está a falar uma inverdade.» -----

----- Intervenção do Sr. José Gonçalves do Grupo Municipal “Lousada Viva”- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara, senhores vereadores, excelentíssimos senhores deputados, digníssimo público e comunicação social aqui presente. Senhor presidente da Câmara para a semana, em Boim, numa fábrica que é a SIOUX, cinquenta trabalhadores vão embora. Esta semana, hoje mesmo, numa fábrica em Silvares, assistimos a vários despedimentos. Eu sei que a Câmara, nem nenhuma Câmara, é uma entidade privada e intervém directamente nestas questões. A questão que eu lhe coloco, uma vez que estamos a falar de lousadenses de famílias de lousadenses, e uma vez que vossa excelência no início deste mandato fez uma das suas bandeiras as preocupações sociais, que mecanismos, ou o que é que a Câmara tem em mente para de alguma forma ajudar todas estas famílias que de um momento para outro se vêem sem trabalho?» -----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Excelentíssimo presidente de Mesa, secretários, senhor presidente da Câmara, respectivos vereadores, excelentíssimos colegas da Assembleia. Desde logo a minha interpelação ao senhor presidente da Câmara, vai no sentido do assunto que já foi aqui trazido por parte da CDU. Diz respeito à auto-estrada e às portagens. A JS, defende a máxima do utilizador pagador, apesar de defendermos isso e isso estar escrito, a JS esteve a analisar os documentos que fazem parte do dossier SCUT, estivemos a analisar também os pareceres relativos à existência ou não de

vias alternativas, que foram pedidos a consultoras. Nós consideramos que esses pareceres tem erro. E tanto têm erros, que conduziram a uma decisão que também ela terá alguns erros, terá algumas falhas. Dessa forma e por isso, seria importante, pelo menos, novamente esta Assembleia reafirmar a sua oposição às portagens na auto-estrada, reafirmar essa posição e eventualmente levar essa decisão junto das entidades competentes. Gostava também que me esclarecessem, como é que se pode esvaziar as competências da Assembleia Municipal, se elas estão reunidas na lei das autarquias locais, e também no regulamento, não consigo perceber. Outra coisa, como se consegue diminuir o papel da oposição no estado direito democrático, quando existe um diploma que fala sobre os direitos da oposição, e quem o quiser utilizar pode muito bem fazê-lo, seja aqui, seja nos meios jurisdicionais. E por último, dizer-lhe o seguinte, tenho visto muitas conduções de Assembleias, tenho participado em algumas conduções de Assembleias, não municipais, obviamente, mas tenho participado. Há bem piores que as nossas.» -----

----- Intervenção do Sr. Joaquim Santos do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Senhor presidente de Assembleia, excelentíssima Câmara, senhoras e senhores vereadores, excelentíssimos deputados, excelentíssimo público e comunicação social. Senhora Dr.^a Cândida Barreira, a nossa bancada congratula-se de a voltar a ver nesta Assembleia. Que tudo na vida lhe corra pelo melhor. Segunda nota, informar esta Assembleia, já que os senhores vereadores da oposição estavam muito preocupados com o assunto, que a formação do executivo da Junta de Freguesia de Lustosa foi resolvida a contento de todos. Pois tive o prazer e o gosto de estar presente no acto e não vi votos contra. Assim, a sustentabilidade da gestão está resolvida e não foi precisa interferência do Governo Civil, para nada. Outra nota, afinal senhor Carlos Nunes, não há um erro na transcrição da acta, nem há erro por parte de terceiros involuntário. Na acta número dois, de dezasseis de Novembro, página nove, refere a declaração de voto dos senhores vereadores Dr. Leonel Vieira e Agostinho Gaspar, “...entendemos que a diminuição da taxa do IMI em um por cento não prejudicará os cofres da Câmara...” se houve lapso foi dos senhores vereadores, este comentário só foi para repor a verdade. Esta minha intervenção vem na sequência de um artigo que eu li no TVS, que com muito prazer sou assinante. Hoje vi-o novamente referido neste púlpito. E passo a dizer o seguinte, compete ao presidente da Assembleia dirigir os trabalhos e manter a disciplina das sessões e das reuniões, alínea d), do ponto número um, do artigo sétimo do Regimento da Assembleia Municipal de Lousada. Para que conste senhora Dr.^a Cláudia

Lousada e senhor Campo de Barros, sempre que o presidente da Assembleia entenda que a intervenção de um dos seus membros não se enquadra no ponto em discussão, o seu comportamento não seja o mais adequado, ou que, por qualquer outro motivo o Regimento não está a ser respeitado, deve intervir de imediato e por termo a esse incidente. Isto é o que diz o Regimento. Compete-nos, membros desta Assembleia Municipal, aceitar compreensiva e respeitosamente o exercício dessa competência, quando por qualquer razão, incorremos em algumas destas situações. E eu posso-lhes garantir e é verdade, já fui interrompido pelo senhor presidente da Assembleia uma ou duas vezes. O meu colega de bancada senhor Rocha a mesma coisa. Portanto a imparcialidade vê-se aí. O que não podemos fazer de modo algum é pôr em causa a imparcialidade com que as decisões são tomadas pelo presidente da Assembleia, sobre o risco de o estarmos a fazer de forma ofensiva, sobretudo por se tratar de alguém que ao longo destes anos todos tem dado provas, inequívocas, de competência, responsabilidade, honestidade e dedicação. E este senhor, perdoem-me, com “S” grande, é tão imparcial que se usa muitas vezes o seu nome para atacar este executivo. É só ler alguns comunicados publicados em jornais da região e ter em conta intervenções feitas neste local onde me encontro.» -----

----- Esclarecimento do Sr. Presidente da Mesa da Assembleia: «Como presidente de Mesa tenho de dizer algumas coisas, sobretudo corrigir algumas incorrecções. Não chega, as pessoas virem para aqui dizer coisas sem fundamento. Como eu já disse aqui há bocado, quando a Dr.^a Lousada falou, relativamente a não estar previsto que o presidente da Câmara pudesse falar. Como vê, é mentira, isso não é verdade está no Regimento. Depois a Mesa tem de ser democrática. Acho que ao fim destes anos todos, penso que nenhum dos membros aqui me dará lições de democracia, isto porque a minha vida foi sempre uma vida democrática. Nunca estive ao serviço de nenhum regime político, nunca fui salazarista, nem no tempo do Salazar, sempre fui contra ao regime, tive dificuldades no tempo em que andava a estudar. Portanto sempre tive uma postura democrática na minha vida e espero tê-la até ao fim da minha vida. Eu nem me vou adiantar porque acho que na verdade as coisas são de um nível tão baixo, na maneira como me trataram não merecem outra resposta. Vem de quem vem, e talvez se entenda por estar aqui há pouco tempo, em duas sessões tirar as conclusões que tiraram, acho muito bem. Mas penso que não espero que me dêem lições de democracia. O que faço é para bem da Assembleia Municipal de Lousada, se quiserem os senhores do PSD podem ver as vezes que interrompi a bancada do PS e as vezes que interrompi a bancada do PSD. E vão-me dizer nestes

anos quem foi mais vezes interrompido, se foi a bancada do PSD ou a nossa. Não foi, vai contar que não foi. Agora, não posso é permitir que as coisas não sejam feitas democraticamente, segundo as regras do funcionamento desta Assembleia. É por isso que eu luto. Penso que posso ter orgulho em ter uma das Assembleias que funcionam melhor neste país. Democraticamente haverá poucas que estarão a funcionar como a nossa, isto digo com orgulho. Foi um trabalho que eu tive, os senhores não estiveram aqui nas anteriores Assembleias, senão sabiam perfeitamente distinguir o que eram as anteriores Assembleias, do tempo antes de eu vir para cá e o que é agora as Assembleias Municipais. O que eu trabalhei, o que lutei para dignificar as Assembleias, não só a Assembleia Municipal de Lousada, porque neste país, se houve dignificação das Assembleias, eu fui umas das principais figuras, podem não saber isso, mas fui. Estive nas primeiras reuniões que trataram disso, continuo a estar, continuo a ser, talvez a pessoa que movimentou neste país tudo o que se tem feito em termos das Assembleia. Por isso é que digo, que sinto-me no direito de não receber lições de democracia de ninguém, muito menos de pessoas que se calhar não tem esse direito de me dar essas lições.» -----

----- Resposta do Sr. presidente da Câmara: «Permitam-me este à parte, mas ele justifica-se, quero saudar particularmente o senhor presidente da Assembleia Municipal, por uma circunstância única na vida, hoje, meu caro amigo um “saludo” muito grande por mais um aniversário que hoje concretiza, também, é extensivo ao senhor presidente da Junta de Caide de Rei que eu também incluo neste “saludo”. Em segundo lugar, passando às várias questões que foram postas. Direi ao senhor Xavier Pires da CDU que a posição, quer da Câmara, quer das restantes autarquias da região é única. É efectivamente de contrariar o propósito do governo nesta matéria de portajar a A41 e A42. As razões prendem-se com os pressupostos que no nosso entendimento e de todas as autarquias, enfermam isto tudo e potenciaram a concretização da proposta de portagens. Portanto, nós entendemos que os pressupostos do estudo estão errados, estão errados em duas ou três vertentes. E como sabem, houve já várias intervenções públicas dos vários autarcas da Associação de Municípios, da CIM do Vale do Sousa sobre essa matéria. Há também um conjunto de autarcas que são servidos pela A42 e A41 que têm uma posição conjunta, das quais, foi pedida uma reunião com o senhor Ministro das Obras Públicas no sentido de perceber, exactamente, quais são os propósitos sobre esta matéria, o anterior governo, ficou de reunir com os autarcas antes de tomar qualquer decisão sobre esta matéria e até hoje nada foi concretizado. Nesse contexto, e em última análise o

propósito da Associação Municípios do Vale de Sousa e creio que também dos outros autarca, ir com um procedimento em termos Tribunal Administrativo no sentido de impedir que este processo avance no âmbito da concretização das portagens. É esta a posição que nós subscrevemos e que não deixaremos de lutar por aquilo que entendemos de direito. Em relação às questões sobre a Assembleia Municipal. Como é óbvio não me cabe de todo fazer muitas apreciações. Não obstante permitir-me-ão que lhes diga isto. O senhor Presidente da Assembleia há pouco já o referiu, sobre a pessoa e a figura do Presidente da Assembleia Municipal, penso que todos estaremos de acordo que é uma figura ímpar da vida lousadense. Tem um passado antes e depois de setenta e quatro e que se orgulha seguramente. É inquestionavelmente um homem de consensos que têm pautado a sua vida em termos profissionais, sociais e políticos com uma grande isenção e com grande sentido de estado. Ama como ninguém a sua terra. É uma pessoa disponível e dá-se aos outros. Seguramente, muita gente deste município que necessitou dos seus préstimos, nas várias situações, tem exemplos claros de desprendimento e de grande abnegação por aquilo que faz e sobretudo com grande amor à sua terra. Não consigo adjectivar muito a pessoa do senhor presidente da Assembleia Municipal. Como qualquer um de nós, todos compreenderão, também erra, todos nós erramos. Terá um ou outro momento menos conseguido mas no essencial, julgo que é justo que se diga que tem tido um papel importantíssimo na concretização dos grandes objectivos do Município de Lousada. Tem contribuído de uma forma abundante, não só na sua vida política, mas também fora, nas várias instituições por onde passou com um papel fundamental para concretizar os propósitos de todos. Direi, finalmente, eu tenho bem presente, provavelmente só estará aqui nesta Assembleia mais uma pessoa que passou nesses tempos difíceis, que também tive enquanto autarca, membro da Assembleia Municipal, há vinte anos atrás. Se fossemos fazer o filme dessa altura, aquela abordagem que eu aqui ouvi dos dois intervenientes ou dos três, provavelmente não a fariam. Passaram-se coisas tremendas, se houve situações perfeitas anómalas, passaram-se aqui, nesta sala, “grosso modo”, em que as pessoas eram impedidas de falar, quando alguns queriam falar dava-se com os pés no chão para impedir que as pessoas pudessem ser ouvidas. Isso aconteceu aqui de uma forma abundante. Independentemente destas situações aqui e acolá menos conseguidas, eu penso que o senhor presidente da Assembleia e muito bem, é membro do conselho da Associação Nacional dos Municípios Portugueses foi eleito. E como eu disse, eu tenho sentido, sobretudo dos colegas das Assembleias Municipais daqui da região, porque de uma forma rotativa vão-se reunindo nos vários

concelhos. Já estive em duas reuniões que tiveram, uma aqui em Lousada outra aqui em Paredes, em que senti o apreço dos colegas das outras Assembleias Municipais pelo papel do nosso Presidente da Assembleia Municipal e pelo contributo que ele tem dado na dignificação do órgão que é a Assembleia Municipal. Tem lutado nos vários congressos da Associação Nacional dos Municípios para dignificação das Assembleias Municipais. Neste momento vai ter com certeza um papel muito mais activo. Aliás já o teve esta semana numa reunião na Associação Nacional dos Municípios, creio na quarta-feira ou na quinta-feira precisamente para reafirmar este propósito. Portanto, peço-vos que tenham pela pessoa do senhor presidente, eu sei que têm, seguramente, a benevolência de entenderem que é uma pessoa digna, capaz, séria e disponível para dialogar e encontrar soluções. Em relação à questão que o senhor Dr. José Gonçalves pôs sobre o flagelo dos dias de hoje do desemprego. Não tenho conhecimento directo de que esta situação existe. Está a dizer a senhora vereadora que já tem elencada e referenciada esta situação. Como sabe, a Câmara, nomeadamente por via do Pelouro da Acção Social, tem dado apoio sucessivo a estas situações. Já aconteceu em situações muito difíceis, várias vezes. Vamos das mais variadas formas, encaminhando todas estas pessoas que entram em processo de desemprego, no sentido de as ajudar a encontrar as melhores soluções. Como sabem, o acompanhamento é feito por nós, encaminhando-os para as instituições adequadas para que este processo seja o mais conseguido possível. E além disso, fazemos aquilo que é conhecido como uma actividade importantíssima nos dias de hoje. Por um lado, procuramos que estas pessoas que saem para o desemprego sejam encaminhadas para a formação. Há um conjunto muito significativo de pessoas que estão a fazer formação, encaminhadas no “grosso modo” pelos nossos serviços da Acção Social. Por outro lado, é importante referenciar isso, que todas as semanas há uma equipa da Câmara que anda pelo concelho, que procura na região encontrar situações de emprego, para permitir colocar estas pessoas. Há aqui um trabalho de grande intensidade, no sentido de apoiar todas estas pessoas das mais variadas formas. Portanto estamos atentos, dentro das condições que temos, é claro, e da capacidade de actuação e de intervenção neste particular».

----- Eram vinte e duas horas e onze minutos quando deu entrada nesta Assembleia o seguinte membro: Dora Manuela Rocha -----

----- De seguida foi apresentada a proposta número seis do seguinte teor: “A Mesa da Assembleia Municipal de Lousada e os Grupos Municipais e o membro Independente propõem um voto de louvor à equipe de seniores masculinos da secção de hóquei de sala da Associação Desportiva de Lousada pela conquista do título de tricampeões nacionais.”-----

----- Não tendo havido intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, passou-se de seguida à votação da proposta número seis que foi aprovada por unanimidade de quarenta e nove votos. -----

----- A proposta número sete do seguinte teor: “ A Mesa da Assembleia Municipal de Lousada, os Grupos Municipais e o membro Independente propõem um voto de louvor à equipe de sub-18 masculinos da secção de hóquei de sala da Associação Desportiva de Lousada pela conquista do título de bicampeões nacionais”-----

----- Não tendo havido intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, passou-se de seguida à votação da proposta número sete que foi aprovada por unanimidade de quarenta e nove votos. -----

----- A proposta número oito do seguinte teor: “A Mesa da Assembleia Municipal de Lousada, os Grupos Municipais e o membro Independente propõem um voto de pesar e um minuto de silêncio pelo falecimento da mãe do senhor António Carlos Pinto Ferreira, presidente da Junta de Freguesia de Nogueira e membro da Assembleia Municipal”-----

----- Não tendo havido intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, passou-se de seguida à votação da proposta número oito que foi aprovada por unanimidade de quarenta e nove votos. -----

----- E a proposta número nove do seguinte teor: “A Mesa da Assembleia Municipal de Lousada, os Grupos Municipais e o membro Independente expressam a sua solidariedade ao povo madeirense por tão dolorosa tragédia e propõem um voto de pesar e um minuto de silêncio pelas perdas ocorridas”

----- Não tendo havido intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, passou-se de seguida à votação da proposta número nove que foi aprovada por unanimidade de quarenta e nove votos. -----

----- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

----- PRIMEIRO PONTO: - Interpelação ao Sr. Presidente da Câmara e

discussão de outros assuntos de interesse do Município -----

----- Intervenção do Sr. Fausto Oliveira, presidente da Junta de Freguesia de Silvares: «Senhor presidente da Assembleia Municipal, senhora e senhor secretário da Mesa, senhor presidente da Câmara Municipal, senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais, minhas senhoras e meus senhores. O ponto que me traz aqui hoje, nesta minha primeira intervenção nesta Assembleia Municipal, tem a ver com a revalorização do centro urbano da vila. Queria antes de mais tecer algumas considerações do âmbito genérico, antes de passar ao ponto que me traz aqui. Em democracia, vencedores e vencidos estão no mesmo nível de exigência, responsabilidade perante os eleitores que os elegeram. Uns com a missão de certo difícil de governar, outros, com a não menos difícil missão de fazerem uma oposição responsável e construtiva. Ambos, tendo sempre em vista o bem comum e o desenvolvimento do concelho de Lousada. Enquanto oposição estamos tanto na Câmara como nesta Assembleia disponíveis para ajudar a construir um concelho cada vez melhor, com mais e melhor qualidade de vida, mais desenvolvido, mais afirmativo na região e no país. Como sempre temos estado disponíveis para ajudar a identificar o que esta mal, apoiar e ajudar a melhorar o que está bem. Temo-lo feito num quadro de lealdade e respeito não descurando a nossa responsabilidade enquanto oposição. A cada critica ou discordância, temos sempre apresentado caminhos alternativos, uma visão diferente, opções diversas. Infelizmente senhor presidente, parece-me que o senhor e o seu executivo ainda não discerniram que os tempos mudaram, e que é necessário uma nova cultura democrática, verdadeiramente participativa, e que envolva o maior número de pessoas nos processos de decisão, pois só assim, poderemos ter a certeza que estamos a seguir o caminho certo. Face à disponibilidade dos vereadores da coligação “Lousada Viva” para assumir qualquer pelouro, o senhor escolheu, uma opção, claro sua, continuar só numa cadeira cada vez mais perto de ceder. Face às constantes propostas, chamadas de atenção, caminhos alternativos, sugestões e pedidos de verdadeira reflexão sobre os mais variados assuntos levados à reunião pelos nossos vereadores, o senhor e o seu executivo tem preferido “assobiar para o lado”. De entre as muitas propostas da coligação o projecto de valorização do centro urbano de Lousada é o exemplo, da forma como o seu executivo segue cegamente um caminho, sem contar minimamente com a participação da oposição, e com ela, os milhares de lousadenses que legitimamente representamos. A nosso ver nota-se claramente que o projecto foi conduzido aos empurrões, com imensa superficialidade, sem uma visão orgânica e estratégica no âmbito da

mobilidade, do enquadramento paisagístico e na sua relação com o Monte do Senhor dos Aflitos. Falta uma visão de conjunto na articulação com os equipamentos desportivos, culturais, de saúde, bombeiros e outros existentes ou a criar. Não estão devidamente acauteladas as vias de circulação rodoviária alternativas ao corte ao trânsito na Avenida do Senhor dos Aflitos e na Rua Santo António. Falta uma verdadeira visão dinâmica, comercial para área, por isso, mais um atentado ao comércio tradicional. Não foi feito um verdadeiro estudo relativo às actuais exigências de estacionamento na área, no presente e para o futuro. Em termos de estacionamento, veja-se o que se passa, por exemplo, e é vê-lo isso ao fim-de-semana, sobretudo na Praça das Pocinhas. Numa época onde todos nós queremos que os nossos centros urbanos sejam sobretudo de âmbito pedonal, mas que não dificultem o acesso ao comércio e aos serviços, o que nós vemos é que Lousada está na área central a ter cada vez mais carros. A praça das Pocinhas é exemplo caro disso. Eu penso que nenhuns dos senhores, aqui presentes, costumam estacionar o seu carro na feira para vir tomar um café no centro da vila. Não é isso que acontece. Ao fim-de-semana quando chegamos à Praça das Pocinhas e a vemos entupida de carros. Em devido tempo pedimos que houvesse uma apresentação pública do projecto. Nada disso foi feito. Concedeu-se depois em abrir um período de apresentação de sugestões, divulgada na página mais escondida de um jornal local. Um qualquer não acontecimento costuma ter mais destaque na sua última página. Afirmou o senhor presidente numa reunião do seu executivo que, passo a citar: “ não houve rigorosamente nada, o vosso partido esteve calado e quieto e mais à frente, esteve mais dez dias o processo em discussão, os particulares foram outra vez convidados e ninguém se pronunciou”. Senhor presidente, como o senhor sabe, isso não é verdade, pois, eu próprio apresentei sugestões, assim como o PSD o fez em devida altura, mais, que não houvesse outras pessoas. Mas o que realmente me espanta, ou talvez não, a forma como os projectos e as obras vão sendo feitas e conduzidas neste concelho, sem um estudo que o sustente, sem uma visão verdadeiramente estratégica e de futuro, com projectos muitas vezes antiquados e com respostas mais para o passado do que para o futuro. Várias Câmaras Municipais aqui à volta, algumas bem perto de nós, em devido tempo estabeleceram parcerias com universidades e faculdades para se fazerem estudos de mobilidade, onde se apresentassem diversas propostas de responsabilidade de arquitectos urbanistas e paisagistas. Fizeram-se apresentações públicas. Ouviam-se as pessoas. Provocou-se e teve-se todo o interesse em provocar a maior discussão pública. E porquê? Porque, contrariamente ao que me parece que se passa em Lousada, pela mão deste executivo socialista, noutras paragens os

eleitores não são seres menores, a quem apenas se pede o voto e a confiança para com os políticos, os eleitos e governem depois, a seu belo prazer. Para concluir gostaria só de deixar duas perguntas no ar. Quantos dos senhores, presentes nesta sala, conhecem verdadeiramente o projecto de valorização do centro urbano de Lousada da responsabilidade da Câmara? Valerá a pena meus senhores gastar mais de dois milhões de euros, apenas para substituir paralelos por lajes em pedra e criar mais uma rotunda no centro urbano. Quanto às propostas da coligação parecem-me que já são sobejamente conhecidas, entre outras formas também pelas actas da reunião da Câmara que a todos foram distribuídas. Quem não leu, faça o favor. Pois acredito que só quem esteja de má fé é que não vê na maioria delas, um contributo demasiado positivo, para não ter sido considerado no projecto final. Infelizmente já aprovado para concurso com os votos contra da coligação “Lousada Viva”. Infelizmente o futuro encarregar-se-á de nos dar razão, mas não será por falta de aviso. Pois lá diz o povo, “quem te avisa teu amigo é”.»

----- Eram vinte e duas horas e dezoito minutos quando deu entrada nesta Assembleia o seguinte membro: Carlos Pedro Moreira, Presidente de Junta de Freguesia de Meinedo -----

----- Intervenção do Sr. António Filipe Barbosa do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: “Excelentíssimo senhor presidente da Assembleia Municipal, excelentíssima secretária e secretário da Mesa, excelentíssimo senhor presidente da Câmara Municipal de Lousada, excelentíssimos e excelentíssimas vereadoras e vereadores, excelentíssimos membros da Assembleia Municipal, excelentíssimo público aqui presente e excelentíssimos representantes da comunicação social. É indiscutível para qualquer pessoa a importância da educação. A educação é sem margem para qualquer dúvida a alavanca para o desenvolvimento económico e social de qualquer localidade, região ou país. Todos nós sabemos que o melhor meio para quebrar o ciclo de pobreza e de exclusão social, que condena sistematicamente algumas franjas populacionais, é dotando essas mesmas populações de instrumentos que, apenas são possíveis através da educação. A educação é, e deve continuar a ser uma prioridade dos governos centrais e das autarquias, que, com o decorrer do tempo possuem mais e maiores responsabilidades e competências nestas áreas. Em Lousada a educação é uma bandeira da autarquia, e já o é há muitos anos. Aliás, mau seria senão o fosse. Como tal, não é de estranhar que a revista de Lousada, editada em Fevereiro de 2010, tenha como capa “Educação como prioridade, novos centros escolares, actividades de enriquecimento e o apoio

social às famílias melhoram o ensino”. Esta linha editorial mais não faz do que continuar a propagandear aquilo que se vai desenvolvendo, porque deve e tem necessariamente de ser feito, pois não é possível não o fazer, como se fosse algo único e excepcional. No interior da mesma revista vemos, claro sem estranheza, o conjunto de obras e actividades que a Câmara Municipal vai desenvolvendo ou promovendo. É claro que aqui ganham um especial relevo as notícias relacionadas com a construção dos novos centros escolares. O que é até bastante compreensível. Curioso é que não diga claramente em nenhum momento que todas estas obras surgem de um objectivo nacional que pretende a requalificação das escolas existentes e a construção de novos centros escolares para diferentes níveis de ensino. Não quero com isto negar que haja aqui um papel da Câmara Municipal, porque o há. Cumprir o seu dever e apresentar as candidaturas para requalificação do parque escolar concelhio, que contrariamente àquilo que anunciam, está em grande número de escolas, num estado deplorável. Aliás, antes deste plano nacional muito pouco se fez na requalificação e modernização do parque escolar. Mas esta é, provavelmente a opinião isolada de uma minoria residual, que representa alguns milhares de eleitores. Sem significado algum porque na autoavaliação dos membros do executivo, a Câmara Municipal é um exemplo a seguir. Ora este paradoxo entre o discurso oficial e a realidade do terreno reforçou uma vontade antiga de compreender a chave do tão propalado sucesso da educação no concelho de Lousada, que repito, não identifico como uma evidência assim tão grande. Para verificar aquilo que um concelho desenvolve em termos de educação, nada melhor que consultar a Carta Educativa Municipal que, como refere o artigo décimo do Decreto-Lei numero sete de dois mil três de quinze de Janeiro é e passo a citar: “a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospectivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e sócio-económico de cada município”. Para cumprir este propósito era necessário, antes de tudo, ter acesso á referida carta. Pensei que a exemplos de outros concelhos bastar-me-ia entrar no site da Câmara Municipal e fazer o download da mesma. Pura ilusão, não foi possível, pois esta não se encontra disponível. Recorri enquanto membro da Assembleia Municipal ao excelentíssimo senhor presidente que prontamente me disponibilizou em CD e desde já agradeço esse facto. Chegado aqui, faço uma primeira questão: que razão ou razões levam a que o documento não esteja disponível a todos os cidadãos? Não havendo razões pertinentes, e penso que não as há, deixo uma primeira sugestão ou pedido, tornar

acessível a Carta Educativa Municipal, uma vez que esta deve ser um documento aberto à comunidade, para que a própria comunidade possa, se assim o desejar, conhecer e fazer propostas para alteração ao referido documento. Partindo do documento, percebe-se desde logo, algum rigor da análise dos dados referentes à caracterização do concelho de Lousada, na data em que a mesma Carta Educativa foi elaborada. Há uma exaustiva descrição da situação educativa no concelho de Lousada, onde abundam mapas, gráficos e tabelas, seguindo-se uma leitura descritiva desses mesmos instrumentos e isto não pode deixar de ser referido, peca por uma pobreza confrangedora. A carta educativa tem como prioridade primeira, identificar os equipamentos e ofertas educativas existentes, mas essa prioridade deve alargar-se a uma outra que esta profundamente imbricada com esta. Deve procurar respostas de reajustamento e redimensionamento da rede escolar concelhia, atendendo não só aos dados demográficos, mas também às orientações do Ministério da Educação, já em curso, e também aquelas que estão possivelmente na forja. Sendo assim, a Carta Educativa deve ultrapassar um mero levantamento da situação existente para se assumir como um instrumento que permita adequar a oferta educativa e formativa, face à procura que se vier a verificar, resultado das dinâmicas demográficas e sócio-económicas sentidas numa perspectiva de optimização de recursos. Reforço esta ideia chave, optimização de recursos. E esta, é uma ideia chave fundamental, principalmente numa época em que não podemos permitir-nos a luxos e despesismos. Considerando tudo isto, a referida Carta não pode ser encarada como um documento fechado, estático que cumpre o imperativo legal de todos os municípios se dotarem de uma Carta Educativa Municipal, mas antes, deve ser entendida como um instrumento de planeamento e apoio à decisão, que permite uma gestão fundamentada e assertiva de todos os recursos financeiros, materiais e humanos. Seguindo o rasto deste documento, compreendi porquê que a Carta Educativa, e porque a Carta Educativa o diz, e di-lo “ipsis verbis”, que contrariamente aquilo que normalmente nos afirmam como verdade absoluta e incontestável, ao jeito de um dogma teológico, o concelho de Lousada ao nível de educação vive essencialmente dois tipos de problemas graves. Passo a citar a Carta Educativa Municipal: “ ...por um lado a maioria dos equipamentos existentes estão a funcionar acima das suas capacidades e por outro a problemática do absentismo, abandono escolar é um fenómeno crescente e preocupante. Esta realidade resulta em uma crescente falta de qualificações escolares, que por sua vez origina situações de desemprego ou uma inserção profissional precária, onde predomina os baixos salários e as situações de vulnerabilidade, permitindo a emergência de situações de pobreza e exclusão

social”. Mas percebi que o concelho de Lousada continua a caracterizar-se por possuir, e volto a citar a Carta Educativa Municipal: “população activa com baixos níveis de qualificação escolar, baixa expectativa que a escola representa para a grande parte das famílias, sobretudo para as de baixo rendimentos o que conduz à inserção precoce dos jovens no mercado de trabalho. Taxa de desemprego elevada, tecido industrial constituído fundamentalmente por pequenas e médias empresas onde o peso da economia informal é elevado, assente em mão-de-obra pouco qualificada na precariedade dos laços laborais e nos baixos salários. Inexistência de escolas profissionais a nível concelhio com cursos em sectores estratégicos de desenvolvimento como o turismo. Percursos escolares muito marcados pelo absentismo, insucesso e abandono escolar. Insuficiência dos serviços de apoio à infância. Necessidade de respostas sociais mais ajustadas às necessidades da população idosa. Inexistência de respostas sociais para a população com deficiência. Crescente sedimentação de grupos particularmente vulneráveis à pobreza e exclusão, idosos, deficientes, crianças e jovens em risco e desempregados”. Poderia continuar a citar a caracterização do concelho, “ipsis verbis” da Carta Municipal. Termino por aqui. Ora, como perceberam, a descrição não foi elaborada por mim, aliás toda ela se encontra em aspas por ser transcrição literal. Como é que tudo isto se enquadra na perspectiva de oásis exemplar, que nos é apresentado como realidade, assumida num documento da forja do executivo, que contraria tudo aquilo que nos é oferecido quotidianamente? Lembro, o documento fala de percursos escolares marcados pelo absentismo, insucesso e abandono escolar, insuficiência dos serviços de apoio à infância, inexistência de repostas sociais para a população com deficiência. Confirmando, em grande parte, que a primeira grande bandeira do executivo, taxa de abandono, zero, apenas acontecesse, fruto de processos de aprendizagem alternativos, desenvolvidos há algum tempo pelo Ministério da Educação. Aliás com carácter bastante duvidoso. Mais, o documento confirma, sem margem para dúvida, aquilo que todos nós já sabemos, a passagem para o ensino secundário é residual. Diante disto ficam algumas questões: o que está a ser pensado para responder o alargamento da escolaridade obrigatório até aos dezoito anos, e, nós já sabemos que os alunos que iniciaram este ano o terceiro ciclo, ficam abrangidos por este decreto-lei, que exige que passem para o secundário, de que forma vão as escolas responder a esta necessidade que já se encontram na maioria dos casos, como se reconhece, com excesso de alunos. Entra aqui outra bandeira do executivo, a construção, remodelação e ampliação de novos centros escolares. No entanto, na Carta Educativa não percebemos qual será a

orientação da Câmara Municipal em termos de desenvolvimento da rede escolar, não se percebe as orientações que serão levadas a cabo neste ponto. Enumeram-se obras em curso ou obras planeadas, mas não se percebe os critérios estabelecidos para todo este processo. Manter todas as escolas existentes desenvolvendo melhorias em algumas? Terminar com algumas, fazendo uma fusão entre escolas da mesma freguesia e de freguesias diferentes? Seguir esta fusão, alargando as escolas de níveis diferentes, como está a ser pensado para o novo centro escolar de Caíde de Rei? De que forma vai ser redimensionada a rede escolar? Multiplicando e mantendo pequenos centros escolares ou seguindo uma perspectiva de redimensionamento do centros escolares, que é proposta, há muito tempo pelo Ministério da Educação. A multiplicação de pequenos centros escolares, sem dimensão adequada, por norma, não representa optimização de recursos, e mais do que isso, não favorece os alunos. O caminho percorrido com sucesso noutros locais, é dotar centros de média dimensão com bons recursos materiais e humanos, beneficiando claramente a educação e conseguindo simultaneamente benefícios financeiros significativos. Esta proposta nem sequer pode ser encarada como molde descabido, porque já está a ser feita em algumas escolas do concelho, e estas não são perguntas menores, são até questões fundamentais na linha daquilo que deve ser a interpretação da Carta Educativa Municipal, e é claramente aquilo que a Carta Educativa Municipal de Lousada não faz. Um exemplo claro para colocar estas questões é a freguesia de Lustosa. Vou utilizar esta freguesia, por ser aquela que melhor conheço e por representar, na minha opinião, o caso paradigmático daquilo que é política de governação à vista, sem orientação para o futuro na remodelação da rede escolar. Em dois mil e três e dois mil e quatro, como refere a Carta Educativa, a E.B.1 de Bouça Cova, foi alvo de profundas e onerosas remodelações, na altura falou-se em mais de duzentos mil euros. Nessa data já se debatia, e há muito tempo, a possibilidade de alargamento do horário escolar no primeiro ciclo. Aliás o grupo de estudo da universidade do Minho, já há vários anos, a pedido do governo tinha elaborado um relatório onde essa medida era apontada como a mais urgente a implementar. Pois bem, as obras em Lustosa realizaram-se em dez de Outubro de dois mil e cinco avança o referido plano de escola a tempo inteiro. Resultado, alunos em contentores, espaço absolutamente insuficiente e necessidade mais que premente de construção de um novo centro escolar. Que orientação estratégica conduz a decisões destas? Quem acompanha e como o faz, baseado em quê, aquilo que é pensado e decidido no que respeito a reestruturação do parque escolar concelhio? São perguntas menores, talvez. Mas a verdade é que foram gastos dezenas de milhares de

euros numa obra que nascia condenada. Não é importante pensar na rede escolar do concelho, a sua dimensão e estruturação de uma forma global e não apenas obra a obra, como formas de circunstâncias de momento. Não sabiam que esta medida estava no prelo? Mas as questões não passam apenas por aqui. A construção do novo centro escolar, já em fase de construção avançada, prevê, três salas de pré-escolar, catorze para o primeiro ciclo e ainda um pavilhão gimnodesportivo. Ora, Lustosa possui dois centros pré-escolares ligados à rede, um em S. Mamede e outro em Penas. S. Mamede em dois mil e seis tinha catorze crianças e o de Penas quarenta. A questão é muito simples: vai haver optimização de recursos e algum destes vai encerrar, desenvolvendo uma rede de transporte eficaz que permitam acesso a um jardim mais central, mas consequentemente mais e melhor equipado, ou vão manter-se os três, contando já com o novo, multiplicando-se com isso despesas de manutenção em recursos materiais e humanos? Esta pergunta é extensível a muitos outros pequenos pré-escolares que se multiplicam pelo concelho. Retomo algumas questões, o novo centro escolar já foi pensado atendendo ao alargamento da escolaridade obrigatória até aos dezoito anos? A E.B. 2/3 de Lustosa tem capacidade para acolher todos os alunos que agora terminando o terceiro ciclo já não podem abandonar a escola? A possibilidade deste novo centro escolar acolher a médio prazo o segundo ciclo, foi pensada como forma de libertar a pressão da E.B. 2/3? Lembro que a constituição de uma certa unificação entre o primeiro e o segundo ciclo é aliás uma medida já amplamente debatida no seio das equipas do Ministério da Educação. Os novos centros escolares estão a ser delineados, considerando uma dimensão de cobertura e abertura à comunidade, ou não passam de “aulários”, utilizando uma expressão do professor Joaquim Azevedo, “...com muros altos e salas de aulas minimamente adequadas”. Mas vamos passar a outro ponto central, segurança. Em dois mil e seis, dados retirados da Carta Educativa Municipal, no que respeita à segurança dos setenta edifícios de jardim-de-infância/ ensino básico, o documento não especifica os critérios que foram utilizados para esta avaliação de segurança, numa classificação possível de três itens, insuficiente, médio e bom, apenas três, repito três foram classificados com bom, quarenta e cinco com médio e vinte e três com insuficiente. Mas as questões de insegurança não se ficam por aqui, pois dezassete destes edifícios nem sequer possuem saídas de emergência, e quarenta e um não possuem planos de emergência. Segurança insuficiente o que quer isto dizer? Em dois mil e seis não havia saídas de emergência em dezassete edifícios escolares, parece-lhes normal? Em dois mil e dez na escola de Pereiras² em Caíde as educadoras não querem que as crianças saiam para o parque, porque este não se encontra com as condições

mínimas de segurança. É normal? Estes dados não fizeram soar o alarme em dois mil e seis, talvez, porque em dois mil e dez a questão mantêm-se. Questões centrais e em síntese para terminar. Está pensada a remodelação e a actualização da Carta Educativa Municipal, para além dos pequenos pormenores? Para quando? Como e com quem? Há linhas orientadoras para a constituição da rede do ensino pré-escolar e básico do concelho? Quais são? Como pretende o executivo estender a rede optimizando os recursos? Que medidas estão a ser pensadas, considerando o alargamento do ensino até aos dezoito anos, não apenas com estruturas físicas, mas também em termos do combate ao abandono, já que é claro, que não é o mesmo manter um aluno na escola até aos quinze, dezasseis anos ou até aos dezoito anos? Inexistência de escolas profissionais, é uma lacuna identificada pela própria carta. Que soluções estão a ser pensadas ao fim de vinte anos? Segurança. Quando podemos ter a certeza que os factos descritos já não são uma realidade.» -----

----- Intervenção da Sr. Cristóvão Simão Ribeiro do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Senhor presidente da Assembleia Municipal, mais elementos da Mesa, senhor presidente da Câmara, senhoras e senhores vereadores, senhora e senhores presidentes de Junta, estimados elementos desta Assembleia, estimado público e comunicação social. Gostaria aqui hoje, nesta Assembleia, de referir e levantar uma questão directamente relacionada com o importantíssimo apoio do município aos nossos jovens. Mais concretamente, do apoio aos nossos jovens estudantes. Senhor presidente, senhoras e senhores vereadores, não pude deixar de reparar que relativamente ao ano lectivo de dois mil e oito/dois mil e nove não foram atribuídas quaisquer bolsas de estudo aos jovens estudantes candidatos. O que, segundo o senhor vereador da educação se prendeu por dificuldades orgânicas e de agilização do processo. Sei também que em alguma medida se ficou a dever ao facto de um excelentíssimo membro deste júri se encontrar perante dificuldades de saúde e a quem aproveitou publicamente para endereçar os meus mais sinceros votos de rápida restituição e de melhoras de saúde. Mas, senhor presidente, senhor vereador da educação, como é que é possível que em Lousada, jovens deste concelho, fiquem sem apoio académico, que muitas vezes são importante complemento à sua formação intelectual, porque o senhor vereador não conseguiu agilizar o processo de reunião de um júri decisório. E pior do que isto, nem sequer pensou na constituição deste júri numa permissão básica em colocar suplentes na eleição desse júri. Estimada Assembleia, caríssimo público, acho lamentável que em Lousada aconteça

algo como isto. Desta forma, senhor presidente, para terminar. Gostaria de congratular os senhores vereadores da Coligação “Lousada Viva”, nomeadamente o Dr. Leonel Vieira, que em reunião de Câmara levantou o problema, e que graças a este, a situação, segundo sei, será brevemente resolvida» -----

----- Intervenção da Sr. Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Gostava de fazer um requerimento à Mesa, não sei se é este o momento oportuno ou não. O requerimento à Mesa era no sentido de se colocar à consideração da Mesa e desta Assembleia, accionar o previsto número dois do artigo vigésimo nono, para que por decisão da Mesa, se possa alargar o período de discussão neste ponto de ordem de trabalhos». -----

----- Esclarecimento do Sr. presidente de Mesa: «Eu penso que com trinta minutos para este ponto, não se justifica mais tempo. Senão tínhamos dado mais tempo no Regimento. A mesa entende que já houve tempo suficiente para discutir os assuntos. -----

----- Intervenção da Sr. Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP (continuação): «Senhores presidente são quinze minutos mais. Já agora, um pedido de esclarecimento, antes mesmo de passar à intervenção. É que o requerimento depois admitido será votado e discutido, sem discussão é o que diz o ponto, mas sem prejuízo dos oradores inscritos. O requerimento será votado, depois de admitido. Não admite, está bem. Que fique registado que não admitiu o pedido de prolongamento do tempo.» -----

----- Esclarecimento do Sr. presidente da Mesa: «Tem lógica, senhor Carlos Nunes. Têm de haver regras de funcionamento que permitam que isto funcione e está previsto. No outro dia prolonguei -lhe o tempo. O senhor estava a falar, foi para não interromper. Agora aqui, acho que o senhor Carlos Nunes tem tempo que chegue e sobre. E a Mesa está a dizer que não aceita o requerimento. Ainda têm quatro minutos». -----

----- Intervenção do Sr. António de Sousa Meireles, presidente de Junta de Freguesia de Caide de Rei: «Senhor presidente da Assembleia, digníssima Mesa, senhor presidente da Câmara, senhoras e senhores vereadoras, Assembleia, público, comunicação social. Gostaria de começar a minha intervenção por dirigir ao senhor presidente da Assembleia os mais sinceros

parabéns. Já que partilhamos do mesmo. Desejar-lhe saúde e tudo do melhor. Em segundo, gostaria de solicitar e de reforçar uma questão que tem preocupado, seguramente, a população de Caíde-de-Rei. Uma questão que diz respeito ao centro ou neste caso do novo complexo funerário, que irá envolver um novo centro, uma nova área de expansão, e que neste momento tarda em avançar e arrancar, por vários motivos. O que iria solicitar ao senhor presidente da Câmara, era toda a colaboração, no sentido de que este processo dê um passo rápido. Porquê? É uma questão de saúde pública neste momento em Caíde de Rei. O actual cemitério encontra-se esgotado. No caso de se não avançar está a equacionar de rebentar com os passeios que não têm espaço para alargar e prova disso está aqui o senhor presidente da Junta de Freguesia de Torno que têm conhecimento da realidade. É uma situação de saúde pública neste momento e para isso pedia ao senhor presidente da Câmara que tivesse, em colaboração daquilo que temos estabelecido nos últimos tempos, uma colaboração ainda mais pronta sobre este assunto». -----

----- Intervenção do Sr. Joaquim Santos do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Eu nem era para intervir, mas só é para dizer a essa bancada: assistimos aqui um a discurso exaustivo, esmiuçado não diz nada. Senhor presidente da Câmara para responder a isto tudo, estávamos aqui até amanhã de manhã. Não sabem gerir o tempo? O senhor presidente da Junta de Caíde, ainda agora, a mesma coisa. Isto, julgo eu, posso estar engano, não são assuntos que se tragam para esta Assembleia. São assuntos que se devem dirigir ao senhor presidente da Câmara, que o recebe com todo gosto. Tenho a certeza. Não sabem gerir o tempo e depois querem mais tempo.» -----

----- Intervenção do Sr. José Manuel Teixeira Gonçalves do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Só venho falar aqui do assunto, requalificação do centro urbano da vila. Uma vez que é uma questão que vai ter contornos irreversíveis e que vai ser marcante para a vila. Num lado temos o projecto proposto pela Câmara Municipal de Lousada, temos também a posição do presidente da Mesa da Assembleia Municipal. Apesar de não partilhar da sua posição “tiro-lhe o chapéu”, por ter marcado aqui com toda a frontalidade a sua diferença. A questão que se coloca aqui é a seguinte: e a posição da bancada parlamentar do PS, qual é? É, a que defende o presidente da Câmara ou o presidente da Assembleia Municipal?» -----

----- Intervenção da Sr. Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva” -

Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Duas questões breves. Uma, tem a ver com o facto de saber que há muitas ou algumas novas ruas no concelho. Ora, umas, em virtude do processo de toponímia, outras porque de facto foram abertas novas ruas e essas não estão cadastradas nos mapas existentes na Câmara Municipal. Este é um problema que muita gente se tem deparado ao recorrer aos serviços. É um problema que alerto a Câmara. Fiquei na dúvida se de facto deveria fazer aqui ou se deveria dirigir-me ao senhor presidente de Câmara, ao gabinete para o fazer e considerarei fazê-la cá. Uma outra questão, tem a ver com uma situação que reparamos, tem a ver, com as verbas atribuídas em PIDDAC. E gostava de saber do senhor presidente de Câmara, quais foram os projectos candidatados ao governo central para a cabimentação em sede de PIDDAC. Por aquilo que verificamos, apenas fomos brindados, com trezentos mil euros para a criação E.B. 2/3 de Nogueira, oitenta e um mil euros trezentos e sessenta para a remodelação do Tribunal Judicial de Lousada e dois mil duzentos e cinquenta euros por um projecto no âmbito da cultura da Câmara Municipal. Gostava de saber se apenas foram estes os projectos candidatados ou se houve para além destes outros projectos. Nos tempos que correm e com uma autarquia socialista de há longos vinte anos, com um governo, por sinal da mesma cor partidária, da mesma família partidária. Se de facto o concelho de Lousada está a ser respeitado ao nível do governo central, porque estas verbas atribuídas para o concelho são manifestamente poucas. Sabemos que há mais vida para além do PIDDAC, mas não podemos, nem devemos, desvalorizar aquele que é o Programa de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central.» -----

----- Intervenção do Sr. Joaquim Rocha do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Excelentíssimo senhor presidente da Assembleia, excelentíssimas senhoras e senhores vereadores, excelentíssimo deputados, estimado público e excelentíssimos órgãos de comunicação social presentes. Os apoios na área da educação têm sido uma das bandeiras que Lousada pode exibir, porque têm trazido os resultados e objectivos que vocês bem conhecem. A vertente do apoio social tem sido igualmente uma preocupação constante que, apesar de todos os constrangimentos económicos e orçamentais, tem todavia, preocupado esta Câmara de uma forma sem precedentes. Desde o apoio social ao pré-escolar, passando pelas cantinas escolares até à atribuição de bolsas de estudo no ensino superior, o município tem-se desdobrado em esforços sem medida. Superando a tendência inversa de diminuição de receitas constante. Bastará falar-se do número de alunos carenciados que o município apoia e que evoluíram de

coisa que não falta é estacionamento? Será impressão minha ou só para nomear alguns exemplos, a rua desde a rotunda do Hospital até à Praça das Pocinhas, a rua que liga as Piscinas Municipais à Escola Secundária, a Avenida Lúcia Lousada, a zona do Auditório Municipal entre outras, estão repletas de estacionamentos. Basta as pessoas andarem durante dois a três minutos, repito basta as pessoas andarem durante dois a três minutos e estarão mesmo no centro da vila. Tudo isto resultará por consequência, no objectivo central deste arranjo urbanístico, ou seja, a diminuição do tráfego na zona central de Lousada. Outra ideia que me parece irreal á a proposta recorrente de um parque de estacionamento subterrâneo. Eu questiono-me se, ao apresentarem esta proposta tiveram em consideração a viabilidade e os custos inerentes a tamanha infra-estrutura? Se o objectivo é reduzir o tráfego no centro da vila, porque razão querem um parque de estacionamento, mesmo no centro da Vila? Temos que ter a noção que Lousada é dos poucos concelhos que tem estacionamento completamente gratuito. E eu pergunto: ao proporem um parque de estacionamento subterrâneo, este seria pago? Se fosse pago, e dada a panóplia de lugares de estacionamento que eu referi aqui na vila, acham mesmo, que os cidadãos iriam pagar para estacionar neste local? Por outro lado, caso este parque fosse gratuito, teríamos de despender de mais funcionários para a sua manutenção, até para não haver o risco mais do que evidente de este se tomar um foco de criminalidade, como temos visto em muitos outros parques existentes pelo país fora. Outro facto que se deve salientar é a própria viabilidade da construção de um parque subterrâneo aqui no centro, uma vez que este é um local onde existem muitas minas e consequentemente, grande quantidade de água no subsolo. Prova disso, e parece que todos se esquecem, eu sou relativamente novo, mas há pessoas mais velhas que se devem lembrar disso, era a existência de há alguns anos atrás, pelos menos dois, tanques públicos nesta zona. Questiono-me, se seria producente arriscar? Para além disto é necessário ter em conta a frase infeliz da oposição na dita reunião. A determinada altura, é referido, e passo a citar: “ é exigido um debate público e uma concertação com a oposição. Tanto mais que o senhor presidente da Câmara daqui a quatro anos já cá não estará. O senhor presidente da Câmara não tem legitimidade ética para assumir tamanho compromisso”. Perante esta afirmação, levanto aqui algumas considerações, tendo sempre respeito por todas as pessoas em primeiro lugar. Penso que em primeiro lugar, quem deveria estar preocupado com a sua permanência daqui a quatro anos, seriam os elementos que integram a actual oposição, e só depois, aí sim, preocuparem-se com os elementos do partido socialista. Em segundo lugar, acusar o Dr. Jorge Magalhães de não ter legitimidade ética para assumir a responsabilidade de

uma obra desta envergadura, é duvidar da competência e capacidade da pessoa que nas últimas duas décadas comandou o município de forma exemplar juntamente com o seu executivo e que repetidamente obteve a confiança dos lousadenses de forma peremptória. Duvidar da legitimidade do nosso presidente da Câmara é grave, mas falar em legitimidade ética? Ética? Isto é gravíssimo? Será que um presidente de Câmara e o seu executivo, eleitos democraticamente e com vitórias retumbantes, não tem a legitimidade de colocar em prática a confiança inequívoca que lhe tem sido dada sucessivamente? Ou será que é um partido e seus elementos, que recorrentemente têm necessidade de se coligar com outro para obter resultados repetidamente minoritários, que terá a legitimidade de colocar em causa uma pessoa, a sua competência e a do executivo? É claro que não, pelo menos não é esta minoria coligativa que terá esta legitimidade.» -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Sobre a questão da renovação, do centro urbano da vila. Eu penso que sobre esta matéria já disse tudo. Mas não fujo à tentação de repetir toda essa saciedade sobre este processo. Quando o senhor presidente da Junta de Silvares de uma forma sibilina bem com estes considerandos. Eu sinceramente fico perplexo, por uma razão muito simples, despertou tarde para a realidade. É nosso concidadão há muitos anos, vive aqui nesta zona central também há muitos anos, provavelmente, creio, e no mínimo, perante estes considerandos, estas expressões de frases um bocado feitas e elaboradas, sinceramente dir-lhe-ei que andava distraído. Quando da primeira vez, eu já não tenho a certeza das datas, portanto permitir-me-ão e desculpar-me-ão a imprecisão de algumas datas. O nosso município, a Câmara, sucessivamente e repetidamente tem feito obras de requalificação da zona urbana. Lousada, todos se lembram do que era há vinte anos, há fotografias por aí fora e são capazes de perceber qual era a realidade de Lousada e aquela que é hoje. Portanto, repetidamente vimos intervindo das mais variadíssimas formas neste centro urbano e na sua periferia. É óbvio que isto ao longo dos anos mereceu opiniões positivas e outras menos positivas. Lembro que há uns anos quando fizemos as primeiras intervenções desde a chamada Lousafil até à zona central. Um problema que na altura me falaram variam vezes, até escreveram, era de que nós não devíamos fazer aquele separador central porque era uma situação muito complicada, ia perturbar o trânsito, ia dificultar, não se via isso em lado nenhum. Quando decidimos fazermos isso, assumimos com risco e consciência do problema. Não obstante, verificou-se que o sistema funciona e não só aqui, mas numa grande parte dos centros urbanos da Europa. Há uma preocupação de dar privilégio aos peões em detrimento dos automóveis.

É uma forma expedita de obrigar a que o trânsito flua normalmente com alguma parcimónia em termos de velocidade. Mas isto foi tido em devida conta, foi muitas vezes trazido à colação e passados estes anos constata-se que a medida é correcta e foi devidamente tomada. É por isso que as considerações que o senhor presidente da Junta fez e a última consideração final vai com certeza mais adiante constatar que provavelmente não tinha qualquer sentido. Mas só para lhe dar um enquadramento do propósito da Câmara nesta matéria, e repito isto outra vez, porque o senhor presidente da Junta várias vezes fez referência a esta questão de que não tínhamos feito estudo nenhum sobre esta matéria. Lembro-lhe que em relação a esta matéria felizmente e particularmente tivemos um estudo cuidado, que eu naquela declaração de voto tive o cuidado de dar nota aos vereadores. Repetidamente tenho dito, este estudo está estribado num estudo feito aqui há meia dúzia de anos, por uma empresa de referência a nível nacional, a “Quartenaire Portugal” que nos apoiou neste processo. Não fizemos isto ao livre arbítrio nem à nossa discricionariedade. É obvio que o senhor presidente da Junta ao fazer estas afirmações não teve preocupação nenhuma de o ler nem querer saber disto, não tinha. Tem um pressuposto que é este, quer dizer uma coisa ao contrário daquele que nós apresentamos, tudo bem, é legítimo, não lhe podemos levar a mal. Agora, dizer por dizer da forma desabrida como o fez, fica com quem fica. O cidadão, actual presidente de Junta de Silves, quando nós fizemos o estudo, primeiro, para a intervenção em relação ao comércio tradicional, em relação a essa matéria, a decisão foi tomada na Câmara, creio que até por unanimidade dos presentes, nós tivemos o cuidado de publicar no jornal de tentarmos ter considerações sobre o estudo. Envolve-mos, necessariamente o tecido empresarial local, isto foi feito claramente. É impressionante como o senhor vem dizer uma coisa destas. Quando assim se faz só cai por terra e toda a verborreia que é utilizada, porque nessa altura o senhor presidente de Junta, um cidadão atento com intenções de interventivas, também podia ter intervindo nessa altura. Na altura não tinha pretensões a ser Presidente da Junta, às tantas. Tinha sido membro da Junta e depois não apareceu lá. Acho eu. Mas de qualquer maneira não teve pretensão nessa altura de ter essa intervenção cívica. Era-lhe exigível isso. Portanto, quando fazemos este tipo de considerações é preciso termos memória, e a memória é clara, nós fizemos esse estudo para o urbanismo comercial, utilizámo-lo actualmente, com algumas nuances, poucas, porque nos parecia que o estudo estava bem cuidado, estava bem feito, estava devidamente suportado. E quando o utilizamos tivemos a possibilidade de o pôr novamente à disponibilidade dos nossos concidadãos. Referenciamos onde ele estava. O meio próprio, além dos editais, tivemos

um meio próprio que é o jornal mais lido no município, o TVS. Procuramos dar-lhe a publicidade como é normal. Foram bastantes pessoas, sei que foram até esclarecidas por um dos principais responsáveis do processo, o senhor arquitecto Neto. Em termos objectivos ninguém fez qualquer consideração. Daqueles potenciais interessados que podiam de uma forma expedita fazê-lo, qualquer cidadão o podia fazer, não houve efectivamente qualquer consideração sobre isso. A única consideração que eu vi foi a do PSD e do já candidato à Junta de Freguesia de Silvares. Não houve mais nada. Eu há pouco naquela consideração que fiz na reunião de Câmara quando disse que não havia nenhuns particulares, já estava a considerar neste contexto, a posição do putativo candidato à Junta de Silvares já era uma posição de carácter político ou partidário, foi nesse contexto, não o quis individualizar deste processo. Fora do combate político, individualmente, ninguém teve qualquer atitude em desabono e podiam tê-lo feito. Nós não obrigamos ninguém nem impedimos ninguém a não o fazer. Se houvesse, se brotasse de uma forma não tão natural esta oposição e esta forma tão vincada, como os senhores querem eventualmente fazer crer, que há aqui alguém que esteja contra este processo. Eu, sinceramente não o notei. Mas reparem que, contrariamente ao que disse o senhor Presidente da Junta de Silvares, vi sinceramente na imprensa, nunca perguntei aos meus colegas isso porque não me cabe e até era deselegante fazê-lo, noutros concelhos aqui á volta intervenções idênticas e não fizeram este tipo de abordagem que nós fizemos. Eles foram muito contestados pela população, nem até foi pelos partidos, foi pela população local. Portanto, nesse contexto, estamos de consciência tranquilíssima sobre o tipo de passos que devíamos dar. Em relação às considerações sobre uma ou outra questão de outro tipo de abordagem que até o Nelson teve o cuidado de referir, nomeadamente aos parques e esta historia toda, no substancial não há grandes divergências em termos deste estudo em relação às considerações que levantaram. Há questões de pormenor, e efectivamente aqui e acolá até poderemos num caso ou noutro minimamente acertar, se de facto elas se mostrarem adequadas.

Neste contexto, quando se apresentam várias considerações e vários estudos é possível haver imensas considerações. É importante o que nós temos, perante os estudos que fizemos, perante, sobretudo na envolvência, repito novamente, em relação ao tecido empresarial onde vamos fazer as intervenções que eram importantes, ouvimo-los, e tivemos o cuidado de na altura oportuna em que foi feito o estudo eles serem todos referenciados. Não ouvimos nada em desabono. Pusemos à consideração dos lousadenses, ninguém teve uma consideração em desabono. Estou convicto que perante as circunstâncias, podendo haver um incómodo aqui ou acolá, provavelmente, o

resultado final será positivo. É óbvio que para alguns era importante que não se fizesse nada. Eu percebo que era importante que não se fizesse nada, é mais simples de criticar e eventualmente continuarmos naquela de “non faire rien”. Nós estamos neste lugar com o propósito de estarmos sempre numa atitude pró-activa, actuante. Os nossos concidadãos puseram-nos neste lugar para decidirmos. Estamos aqui para decidir e não para não decidir. Não íamos sequer alguma vez protelar mais no tempo uma situação que era importante que se tomasse. Respeitamos e muito, felizmente, os lousadenses. Não vou tecer mais considerações sobre isto, penso que no substancial está tudo dito. As considerações que o Nelson fez há bocado num caso ou noutro são pertinentes. Em relação à questão, julgo que também é licenciado, o Dr. António Barbosa, dir-lhe-ei o seguinte, provavelmente passaria a palavra ao senhor professor Vilar, mas vai-me permitir que não o faça, se for necessário depois passá-lo-ei. Em relação a esta matéria nós estamos à vontade. Gostei do seu discurso fluente, pensado, quase como uma tese, direi “grosso modo”, sem qualquer desprimor. Agora, é óbvio que em relação à parte da educação estamos de consciência tranquilíssima em relação àquilo que tem sido a prestação do município ao longo destes anos. Estamos porque temos a consciência repetidamente evidenciada por aqueles variadíssimos actores a nível regional, a nível local e a nível nacional têm feito apreciações “grosso modo” extremamente positivas em relação ao trabalho que a Câmara de Lousada tem feito nesta matéria. Sobre isso e começando por aquele pressuposto onde se estribou a sua abordagem, dir-lhe-ei o seguinte: a questão da Carta Escolar e todas implicações que a mesma têm. A Carta Escolar foi um instrumento que foi aqui votado e aprovado. Foi na Câmara votada e aprovada por unanimidade. No Conselho Municipal da Educação, eu lembro-lhe que, provavelmente nessa altura acumulava, acho eu, a presidência da Assembleia da sua Freguesia, acredite não me apercebi da sua parte qualquer observação, nem positiva, nem negativa sobre o documento. Estas questões, como sabe é importante que diga isto, estas matérias foram objecto de deliberações na Câmara e na Assembleia Municipal, nós damos conhecimento, como referiu e bem, nós temos uma Revista Municipal que procura plasmar de uma forma clara toda actividade da Câmara. Todas as considerações que fizesse, nesse contexto, todas elas, eram excelentes, bem-vindas. Portanto era importante que o tivesse feito. É óbvio que sobre essa matéria há sempre muito a dizer. Nós lembramos de que em relação à intervenção que fazemos na escola houve uma programação, o documento foi discutido com a escola, com os executivos, os pais, representantes das comissões dos pais no Conselho da Educação, todos este processo foi um processo participado, não foi um processo feito nas costas de ninguém. É

legítimo que tenham opiniões diferentes, estiveram representantes vossos, sei que estiveram ali também, gente interessada e empenhada provavelmente nesta matéria, que sabem desta matéria. Sinceramente não tivemos esse “apport”. Foi pena não ter tido o seu “apport” que provavelmente o documento poderia ser ainda mais seguro, mais sustentado. Sem com isto querer dizer, como há pouco o referiu e bem, que o documento seja estático. Não é seguramente. Foram tidos esses cuidados. Ninguém nos pode dizer, aliás a nossa Carta Escolar foi devidamente debatida e foi aprovada por unanimidade, ao contrário do que aconteceu aqui e em alguns municípios. Em relação ao documento em si, ele pode não estar na Net, também não tenho a certeza, referiu. Não é uma questão que nos preocupa de modo nenhum, pelas razões que lhe referi, porque foi de tal ordem debatido e participado que não há nada a esconder. Portanto em relação a essa matéria sejamos claros. Quando diz que os centros escolares, todo um conjunto de intervenções que se fazem aparecem porque o programa é nacional, estamos envolvidos. Talvez. Mas não é de toda verdade. Em relação ao pré-escolar. Quando cheguei há vinte anos à Câmara, numa primeira abordagem que tive na Comissão da Região Norte, era então presidente o Engenheiro Braga da Cruz, num primeiro contacto que teve com os presidentes eleitos, chamou-me ao lado e disse-me: “Lousada está numa situação tremenda, é o município do distrito do Porto que não tem nenhum jardim da rede pública, há um da rede privada”. Isto de facto preocupou-me. Foi uma das primeiras preocupações. Pois saiba que no ano passado, no início do ano, os autarcas aqui da região foram chamados a Lisboa a assinar um protocolo com o senhor Primeiro Ministro, com a senhora Ministra da Educação e com a Associação Nacional dos Municípios, foram quase, eu julgo que todos os Municípios aqui da região, excepto Lousada. Na altura quando me falaram, estava um colega nosso, vosso companheiro e liga-me: “Então o Jorge não está cá porque não veio? Depois perguntei ao senhor professor Vilar e procurei saber as razões. Sabem quais eram? São foram os municípios em que a rede do pré-escolar não esta acabada. Nós temos superavit, não fomos por causa disso. Investimos, preocupamos com o pré-escolar. Temos em todas as freguesias rede pré-escolar, temos superavit em alguns casos, sem com isto quer dizer, como referiu e bem por exemplo em Lustosa no novo centro escolar, tenham três salas ou quatro, precisamente uma atitude pró-activa. Aproveitando também com algumas situações menos conseguidas de corrigir algumas dessas situações. Não temos outra atitude que não esta. Estamos aqui claramente para darmos o nosso melhor. Portanto só nos satisfaz este tipo de situação. É obvio que não nos consola nem nos deixa menos preocupados, a nossa intenção é chegarmos cada vez mais longe. Por

isso é que em relação aos centros escolares houve a preocupação de os concretizarmos com critérios. Como sabem e digo isto sustentado, o município de Lousada não têm mesmo nesta área perdido grande população escolar. Continuamos com a população escolar com bastante efectivos com bastante gente, apesar de poder haver aqui ou acolá alguma oscilação. É natural que daqui a uns anos neste período de crise haja uma ligeira oscilação, mas de qualquer maneira os índices de natalidade são elevadíssimos, dizia a senhora vereadora há dias tinha que tinha os indicadores de natalidade mais elevados do país. Mas em relação a essa matéria é importante termos estas considerações por trás, porque provavelmente vamos ter essa população a entrar nas escolas. Mas se olhar aqui para o lado, para o Município do Marco de Canaveses ou para o Município da Amarante estão a perder gente não têm essas preocupações em termos de centros escolares. Quando há pouco referiu que o nosso parque tem deficiências. Têm sim senhora. Não vale a pena dizer que as escolas não têm problemas, estamos a tentar resolvê-los, seguramente. Agora dir-lhe-ei outra coisa, se olhar que nos municípios vizinhos a esmagadora maioria está a fazer muito mais centros escolares do que nós, é por uma razão muito simples, nós anteriormente, já vínhamos a fazer centros escolares. Há vários que são relativamente novos, o último até é o caso de Nevogilde. É o último que não entrou e foi precisamente um centro escolar novo. Já tínhamos espectado em concretizar. Nem Boim, nem outros por aí fora. É preocupação também de não desenraizar as pessoas, há uma preocupação de em todas as freguesias manter os centros escolares a funcionar com a dignidade e as condições necessárias para que não se perca aquilo que sempre identificou as nossas populações e as nossas freguesias. A escola foi ao longo da nossa existência sempre uma referência em termos do nosso colectivo e queremos continuar a privilegiar esta situação. A questão da escolaridade até aos dezoito anos. Com certeza que estamos precisamente a perspectivar as coisas adequadamente. Repare que nesta quarta-feira ainda estivemos na DREN a discutir estas questões. A reacertar situações que pontualmente, por razões que nós não gostávamos que existissem, mas pontualmente há necessidade de recorreremos aos contentores. Mas de qualidade, nós temos tido essa preocupação até que as situações se resolvam. Ainda há bem pouco tempo, como sabe, está concluída a renovação total do centro escolar de Macieira e tivemos de ter esse tipo de expediente. Foi recepcionado estes dias e a muito pouco prazo teremos ali uma escola de excelência, estamos a equipá-la. É esta preocupação. Pedimos aqui, conjuntamente com as famílias, com os pais, com a comunidade escolar que se fizessem alguns sacrifícios, porque vale a pena, adiante temos a recompensa para eles. Portanto, claramente,

nessa matéria estamos empenhados em resolver os problemas. Estivemos a resolver o problema da E.B. 2/3 de Nogueira que começou agora a obra. Estivemos a resolver o problema da Secundária de Lousada. Há aqui uma preocupação com outras escolas também do ensino preparatório e secundário com as quais temos, repetidamente articulado com os revisores, de modo a que as situações se resolvam. Sem com isto querer dizer que não haja problemas. Há problemas e infelizmente, muitas vezes difíceis de ultrapassar e de resolver. Mas sempre com boa vontade temos tido condições para os ultrapassar. Dir-lhe-ei que a Carta Escolar é estribada em alguns pressupostos para atingirmos alguns objectivos. Estou-lhe a referir aquilo que várias vezes evidenciou, o problema do abandono e do absentismo. A escola se não é apelativa, se não há condições físicas, se não há condições variadíssimas isto condiciona claramente o ensino. Nós fizemos o diagnóstico, não precisamos de o esconder, é verdade. Quando dissemos, mas tivemos aqui um combate tremendo, continuamos a ter, seguramente, a procurar que as crianças não saiam da escola, os rácios de abandono são cada vez menores ou zero. Agora, não conseguimos de todo resolver o problema, basta uma situação destas, que não é tão difícil, de todo, acontecer nos dias de hoje. Uma família que tenha um filho ou dois na escola e de um momento para o outro, entra um e outro no desemprego, e oferece-se-lhes uma oportunidade passados uns dias de emprego no estrangeiro. Normalmente acontece e tem acontecido com alguma frequência que os pais levam os miúdos da escola. Tem havido aqui da nossa parte uma clara preocupação, e com êxito “grosso modo”, há aí muita gente em várias situações de carácter profissional que foram aproveitadas, e que foram incluídas, e que são casos escolares de sucesso. É óbvio que também há alguns desaires, mas a vida faz-se de situações também menos conseguidas. Quando falamos da baixa taxa de escolaridade. É óbvio, nós todos sabemos, que é uma questão endémica, não é de Lousada é da região às tantas até do distrito. Não é um problema de Lousada, só. Agora, temos de ter coragem de apontar qual é a questão, e de procurar saber qual é a terapia para ela. Não estamos aqui a enganar ninguém. A baixa escolaridade, o abandono, a falta de qualificações, isto são questões que nós há muito tempo vimos repetidamente a falar nelas. Portanto, aquilo que disse não é nada que nós não saibamos. Tivemos a coragem de a plasmar devidamente na Carta Educativa. Podíamos não o fazer. Podíamos andar aqui de uma forma sub-reptícia, andar aqui à volta e não dizer nada. Mas procuramos de facto, com frontalidade, resolver o problema. Só para terminar, a questão da segurança. É óbvio que aqui e acolá temos alguns problemas, não vamos fugir a isso. Precisamente nas situações menos fáceis. E lembre-se que, só para lhe dizer

quanto difícil é, muitas vezes, resolver estes problemas da segurança, quando vemos em países extremamente desenvolvidos, os problemas que têm tido em termos de segurança. Isto não é de todo controlável. Apesar do esforço que fazemos, os próprios operadores, educadores, os pais. Há situações que muitas vezes nos escapam. Há seguramente da nossa parte intenção de cada vez melhorar isto. Como sabe, não estamos directamente ligados à questão, ela está óbvia, se não tivermos o feedback dos professores, normalmente em quem faz a gestão das escolas. Quando temos as indicações, seguramente, estamos sempre disponíveis. Aliás os senhores presidentes de Juntas são os primeiros interlocutores nestas situações e sempre o fizeram. Portanto, julgo a sua questão “grosso modo” é pouco razoável e fora do contexto que aqui quis expor. Lembro-lhe que em relação às escolas profissionais, temos um protocolo com o Externato da Nossa Senhora do Carmo para se criar, o processo está bastante avançado, provavelmente haverá mais adiante outras novidades que não vamos agora adiantar. Portanto, estamos atentos, com intenção de fazermos, o nosso propósito é de estarmos numa atitude pró-activa mas com situações concretas e fiáveis. Ainda há bem poucos dias, em Lisboa tive um contacto com uns senhores interessados em fazer aqui uns cursos de ensino superior. Remeti-os ali para o senhor professor Vilar e depois trocamos entre nós algumas considerações. Criar cursos do ensino superior, só para dizer que se criaram, para que a instituição possa ter os professores a trabalhar e depois aqueles que são formados não têm saída nenhuma profissional. Não é para isso que estamos aqui. Julgo que concordarão connosco. Portanto, podíamos estar aqui a anunciar uns cursos quaisquer do ensino superior que não têm qualquer sentido, não vamos por aí. Vamos seguramente agarrar as coisas com mais rigor. A questão que pôs o Simão Ribeiro. Eu julgo que já responderam. Portanto a situação, da nossa parte é como sabe, desde de sempre de uma forma espontânea, o município de Lousada concedeu estes apoios suplementares aos nossos jovens e às famílias. Houve este percalço. Acontece, nem sempre as coisas na vida são tão conseguidas. Portanto vamos seguramente dar aquele apoio que estava previsto para resolvermos a questão do apoio aos jovens. Em relação à questão que o Carlos Nunes pôs, novas ruas, novas estradas. Vamos lá ver, como sabe, nós temos um cadastro antigo que esteve sempre em vigor. Foi, com a participação, penso que não falharei se dizer isto, com a participação de todas as Juntas de Freguesia e dos senhores presidentes de Juntas, foi actualizado, ainda há três, quatro anos, sensivelmente. É óbvio que se nós tivermos os “apport” dos senhores presidentes de Junta. Não temos seguramente problema, porque neste contexto há um conjunto de regras que são fundamentais, os senhores

presidentes de Junta sabem minimamente quais são, para identificar se é um arruamento público ou não. Portanto da nossa parte desde que a Junta sinta isso, não é por nós que essas situações terão qualquer problema. Em relação à questão do PIDDAC dir-lhe-ei que nós não fizemos candidaturas. O PIDDAC não funciona dessa forma. Portanto, há sugestões que são feitas. Nós tivemos aqui duas ou três situações claras em relação a esta matéria, foi em relação á escola E.B. 2/3 de Nogueira, em relação à escola Secundária e algumas situações que lhe estão conexas, estão a ser resolvidas connosco e com a DREN, também estão devidamente articuladas. Em relação à EN 106. A indicação que temos é que a EN 106 vai ser objecto de concurso público, dentro de um mês, mês e meio, portanto estão salvaguardadas essas situações. Há outra questão que está em estudo. Esperamos também resolvê-la que é a possibilidade de algumas estradas nacionais que são conexas aos municípios aqui vizinhos, nomeadamente, EN 207 que no espaço de Lousada é a única do município que é nacional. E a duzentos não sei quê, entre o Balão e o limite do concelho de Paços de Ferreira, é um troço de novecentos metros, sensivelmente. Estamos também a fazer algo que não emerge do PIDDAC de verbas do Orçamento de Estado, mas que só surge na rubrica própria das Estradas de Portugal. Em relação ao problema do Complexo Funerário. Estamos como sabe disponíveis e interessados em resolver o problema o quanto antes. Das reuniões que temos feito não resulta outro propósito que não esse.» -----

----- SEGUNDO PONTO: Apreciação das informações remetidas pelo presidente da Câmara nos termos da lei -----

----- Intervenção do Sr. Fausto Oliveira, presidente da Junta de Freguesia de Silves: «Eu queria tecer mais duas considerações em relação ao centro urbano. O PSD e eu pessoalmente em primeiro lugar, nunca estivemos contra, de maneira nenhuma, a qualquer intervenção no centro urbano que achamos de facto válida e importante. A única coisa que eu acho que era importante que todos reflectíssemos, e penso que aqui, com certeza que poderá haver discordâncias e opiniões completamente diferentes, mas é importante discutir o que é que nós pretendemos, ou seja, qual é de facto o objectivo desta renovação do centro urbano. Dá-me a impressão e é isso que me parece de todo o projecto, que há uma renovação por renovar. O senhor presidente disse há bocadinho que já houve intervenções aqui há anos atrás. É mais uma intervenção. Não se vê um projecto consentâneo que faça uma intervenção de fundo. Eu penso que em termos dos parques subterrâneos e sobre o estacionamento. Eu de facto o que critico é, trazer mais carros para o

centro da vila, vai-se criar mais um estacionamento em frente ao tribunal de mais trinta e tal carros. Temos o parque em frente ao tribunal e à zona da farmácia em que vão ser criados mesmo logo no centro da Vila, ou seja, já não basta os carros que nos apresentam na rotunda atrás do hospital para chegarmos mesmo ao centro da vila termos mais uma exposição de carros. Portanto é essa situação de âmbito de projecto, quando nós vamos a qualquer concelho ou sobretudo a algumas cidades, onde nós vemos projectos que fizeram intervenção, onde puseram espaço público efectivamente à disposição das pessoas, sem impedir que as pessoas se deslocassem para o centro, colocando parque de estacionamento subterrâneo. Eu sei que se calhar o parque de estacionamento subterrâneo tenho a certeza que é uma obra que têm um custo substancial, mas penso que poderia ser um estratégia diferente se nós repensamos a situação. Eu não sei se a Rua de Santo António precisa de uma intervenção tão profunda como aquela que vão fazer. E porquê que não nos concentramos no centro urbano, valorizamos efectivamente, tornamos aquele centro que têm o Monte dos Senhor dos Aflitos como uma das atracções principais do nosso concelho, como um centro ainda melhor do que ele é. Projectando para o futuro. Quando o senhor presidente fala, por exemplo, que em termos da minha intervenção, que eu aqui há uns anos não estava atento, vem dizer-me agora que se calhar por todos nós não estarmos aqui no vinte e cinco de Abril também não podemos ter agora intervenção política e cívica. Em cada momento intervimos com a nossa disponibilidade de tempo, com aquilo que são as nossas opções a cada momento. Outra situação, tem a ver com a situação do projecto. Fala-se que foram feitos estudos. É verdade, sei que foram feitos estudos. Mas há quantos anos esses estudos existem? É que esses estudos foram feitos há muitos anos. Naquela altura em que o senhor presidente dizia em que não entrevi. Será que esses estudos dão resposta para as situações actuais, estão adequados àquilo que é uma exigência actual e de futuro? Hoje, há uma nova perspectiva quer urbanística, quer paisagística, quer de intervenção e daquilo que é um conceito novo em termos de centros urbanos. A questão é essa, é que me parece que se calhar já não estão adequados.» ----

----- Intervenção do Sr. Mário Fonseca do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Eu penso que há muitos veios de água no centro da vila. O que provavelmente torna impossível fazer o quer que seja em termos de parques subterrâneos. Daquilo que conheço da vila e nós temos uma ligação a isto. Eu sei que há uma mina que cobre quase todo o centro da vila. Gostava de uma explicação. O senhor presidente deve saber também.» -----

----- Intervenção do Sr. António Filipe Barbosa do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Intervenção do senhor presidente da Câmara, relativa à sessão da Assembleia Municipal de vinte e seis de Fevereiro de dois mil e dez e, como podem verificar no último parágrafo da primeira página e na continuação da segunda, fala sobre a ampliação dos parques escolares. Por isso, queria apenas reforçar as questões. Qual o critério para a construção ou não de novos centros escolares? Qual é o critério? Expliquem-me por favor. Qual é o critério para se construir aqui um centro escolar ou ali um centro escolar para em alguns centros escolares estar incluindo o pré-escolar, primeiro ciclo e noutros isso não acontecer. Qual é o objectivo da Câmara, chegar ao final do mandato e ter oitenta escolas ou edifícios sob a sua responsabilidade e gestão?» -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: “ Esta última questão, depois vou passar ao senhor professor Vilar que lhe explica melhor. Às tantas não consigo chegar lá. Em relação há questão do senhor presidente da Junta de Silvares, novamente, vamos esclarecer esta questão. Nós privilegiamos, é um dos propósitos deste arranjo urbanístico, dar sobretudo ênfase aos peões, aos cidadãos. Esta é uma ideia nuclear que está lá devidamente plasmada. Sem com isto se querer que este seja um dogma em absoluto. Em relação á proposta que nós tivemos para a zona do tribunal que referiu. Nós temos aqui vários estabelecimentos comerciais e temos a noção de que há necessidade de dar algum suporte, não estamos a meter mais lugares. Desde a “Pensão Avenida” até à extremidade do “Banco Santander” não estamos a ter mais lugares é substancialmente menos lugares. Mas criamos algumas condições para que ficassem alguns lugares. Por variadíssimas razões, porque efectivamente é necessário, muitas vezes, acorrer a situações de apoio aos próprios estabelecimentos. Fomos sensíveis a isso, e por outro lado, pelas razões que se conhecem também de mobilidade. Agora, ponderamos a possibilidade de não ter lugar nenhum. Ponderamos isso. Procuramos, saber o sentir daqueles senhores que eu há pouco referi, dos empresários de toda esta área envolvida, Silvares, Cristelos e por aí fora. E aqui o sentimento foi este, era importante ter ali aqueles lugares. Conseguimos fazer algo que no “grosso modo” não põe em causa o sentimento que ali está. Aliás, se olharmos para a esmagadora maioria das cidades em que estas intervenções são feitas, e aquelas que ainda há vem pouco tempo, por exemplo na cidade do Porto, em zonas nobres, há situações destas. Elas não são de todas estanques, exclusivas. Isto não é dogmático. Há um figurino para todos e tem que ser aplicado por ali. Não é. Temos de compreender estas dinâmicas e estes fenómenos. Só para lhe dizer

mais uma coisa. Há cerca de três meses, estive aqui em Lousada, um conjunto de arquitectos que eram chefiados pelo senhor arquitecto Jofre, que foi quadro da Câmara do Funchal, foi quadro da Câmara de Paredes e foi quadro da CCE na área do planeamento. Vieram aqui fazer uma visita a Lousada e vieram aqui almoçar. Não foi a nosso convite, não sabíamos disso. Tiveram a amabilidade de nos visitarem numa parte de tarde, depois de almoçarem. Transmitiram-nos duas coisas, em termos urbanísticos, até porque conheciam bem a região, não pedíamos meças a ninguém. De facto Lousada tem tido o cuidado, apesar de aqui e acolá, não precisamos de o escamotear, também cometemos erros, nem sempre as coisas são conseguidas, mas “grosso modo” não tínhamos meças a pedir a nenhuma destes concelhos da região do Vale do Sousa em termos de urbanismo. O senhor também conhecia o nosso estudo e teve o cuidado de nos transmitir, ao senhor vereador e aos técnicos que o estudo estava bem pensado, e estava, na perspectiva daqueles senhores, adequado as circunstâncias. Confortou-nos. É óbvio que com a douta opinião de outros técnicos, provavelmente, poderão dizer outras coisas de uma forma substancial e diferente. Estamos convictos da vontade e do acerto da posição que tomamos, nós estamos aqui para decidir e vamos decidir. Não vamos deixar de ouvir aquilo que nos dizem, ponderá-los. Foi isso que fizemos, tivemos o cuidado de ver as abordagens que fizeram, acertamos um ou outro pormenor que nos parecia pertinente atender. Agora quando diz que nós não fizemos estudos. Eu volto-lhe a reiterar o mesmo. Repito aquilo que lhe disse, nós tivemos um processo de urbanismo comercial que terminou acerca de um ano. O estudo, o urbanismo comercial reportou-se cerca de dois anos, o estudo tem três, quatro anos. É um estudo perfeitamente actual. A sua intervenção cívica, estamos num país livre num concelho muito livre e portanto a intervenção de todos é conforme a disponibilidade de cada um e como manda a sua consciência. Portanto em relação a essa matéria, se não quis intervir foi porque às tantas a sua intervenção cívica não era pautada por interesse político-partidário, é isso que eu quis dizer. Às tantas de uma forma despreocupada como cidadão, provavelmente era capaz de concordar. Quando se envolve nestas questões mais de índole político, é óbvio que eu percebo isto, infelizmente, é o que acontece nos dias de hoje, isto é transversal a todos os partidos. Esta tentação de valorizar demais as questões políticas muitas vezes conduz a más soluções e a que não se faça nada. Nós aqui entendemos, com respeito devido aos nossos concidadãos que não votaram em nós, á oposição que é necessária e importante, não deixamos de actuar e de levar a cabo uma tarefa que entendemos que é importante levar a cabo neste momento, sobre pena, se não o fizéssemos nesta alturas, de

perder aqueles seis milhões e tal. Em relação ao concurso, provavelmente haverá aqui uma décalage em termos do preço base da proposta e do preço que foi a concurso da obra. Vai provavelmente permitir que façam uma intervenção ainda ligeiramente maior do que aquela que nós estávamos a perspectivar. Portanto, em sede final, depois de falarmos na Câmara decidir o que é que vamos fazer com essa diferença que há em termos monetário. Em relação á questão que o Dr. Mário Fonseca falou. É verdade, Lousada tem variadíssimas minas. Há vários prédios que nas caves têm sido objecto de problemas porque aparece com relativa facilidade, esta realidade. Mas é uma realidade com a qual temos que viver. Em relação à questão sobre o ensino. Senhor professor Vilar se não te importas.» -----

----- Resposta do Sr. Vereador Eduardo Augusto Vilar: «Fiquei entusiasmado ao ouvir o Dr. Filipe Barbosa e tenho pena que o estudo que fez saturado, sem dúvida, não tenha permitido formatar as conclusões finais, que era exactamente a indicar-nos quais as escolas a fechar. Mas já que isso não foi possível. Em termos de esclarecimentos devo dizer-lhe o seguinte: nós estamos praticamente na última fase da requalificação do parque escolar, ao contrário de muitos dos municípios do país que estão neste momento a começar a correr. Portanto, estamos a preparar, quase, o último lote de candidaturas, para até dois mil e doze e dois mil e treze termos todo parque escolar do primeiro ciclo e pré-escolar devidamente requalificado. É evidente que qualquer das candidaturas que fazemos para o centro escolar têm de ter, obrigatoriamente, parecer favorável do GEP-Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação, que é quem detêm a Carta Educativa e com quem nós monitorizamos, nós actualizamos a Carta Educativa ao longo do tempo, porque há evoluções e há variações ao longo do tempo. Esta Carta Educativa já tem cerca de cinco anos e portanto daí para cá houve alguns ajustamentos que foram necessários fazer, temos vindo a fazê-los. O GEP, só dá parecer favorável quando estão garantidas determinadas premissas, número de alunos suficiente para justificar um centro escolar, de forma a que em cada ano se constitua uma turma, haja o mínimo de turmas suficiente, com garantias de continuidade. E para isso é preciso dar o suporte de existência dos alunos e de nascimentos, reportando a dez anos atrás. E obrigatoriamente todos os centros escolares incluem a componente do pré-escolar, excepção feita, quando ao lado ou dentro do mesmo recinto onde vai ser feito o centro escolar já existe o pré-escolar, Maciera, por exemplo, estou-me a lembrar desse. Evidentemente onde não se justifica duplicar equipamento, não se duplica, tem de haver uma relação de proximidade. Portanto nestes pressupostos é que nós conseguimos ou não

a aprovação para avançarmos com os centros escolares. Portanto, isto não é feito, enfim conforme nos lembra, quando nos apetece e da forma como nos apetece. Tem regras, regras muito rígidas e tem havido, inclusivamente, candidaturas reprovadas e que têm de ser renegociadas. Renegociação essa que normalmente passa por, em determinados casos, fechar mais um polo escolar. Há casos desses também no nosso concelho. Mas estamos atentos a isso e procuramos encontrar aquilo que são, sempre, as soluções mais equilibradas, não para o município, mas para os alunos, salvaguardando, que não haja dois anos na mesma turma e que eles tenham as melhores condições quer em termos pedagógicos quer em termos físicos.»-----

----- TERCEIRO PONTO: Mapa de Pessoal do ano de 2010-Rectificação-----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou de seguida à votação da proposta número um do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação da rectificação do Mapa de Pessoal para o ano 2010, conforme dispõe o n.º 3 do art.º 5 da Lei 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e alínea a) do n.º 2 do art.º 3 do Decreto-Lei n.º 209/2009 de 03 de Setembro, conjugado com a alínea o) do n.º 2 do art. 53º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro”-----

----- A proposta número um foi aprovado por unanimidade de cinquenta votos, com declaração de voto da Sr.ª Branca Sousa pelo Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: “ A Coligação “Lousada Viva” vota agora favoravelmente a rectificação do mapa de pessoal para o ano de dois mil e dez, mas este voto diz apenas respeito à rectificação do referido mapa, pois lapsos, é normal acontecerem. Ainda mais, quando estamos perante um Município que é de veras generoso na contratação de pessoal. Contudo, continuamos sem saber as reais necessidades destas e de outras contratações e se esta rectificação trará ao Município de Lousada um serviço melhor e há sua população, ou se apenas serviu para satisfazer necessidades específicas.”-----

----- QUARTO PONTO: Empréstimo para investimentos a financiar pelo FEDER no âmbito do QREN, no valor de 492.963,02€-----

----- Intervenção do Sr. Xavier Pires da CDU- Coligação Democrática Unitária: «O voto da CDU de Lousada é favorável às contratações dos

empréstimos, uma vez que, o efeito são as obras, e após a sua conclusão são essenciais para o desenvolvimento do concelho, sendo mesmo prioritárias para o seu desenvolvimento, indo assim, ao encontro dos anseios da populações e da sua melhoria e de uma melhor qualidade de vida.»-----

----- Intervenção do Sr. Joaquim Santos do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Claro que eu vou fazer esta intervenção já na globalidade porque temos três empréstimos. Vou fazer a intervenção na globalidade para não estar a repetir sempre a mesma coisa. Fiquei espantado nas declarações de voto que os senhores vereadores da oposição fizeram. Querem que lhes diga porque a Câmara Municipal não têm disponibilidade neste momento para pagamento dos trinta por cento do valor global dos empréstimos? É simples. Porque não se deixa fugir nada que possa ser financiado e as candidaturas aí estão. A isto chama-se boa gestão. Isto dói-lhes um bocado mas têm que ouvir a verdade. Verifiquem o seguinte: quanto a candidaturas actuais, valor de financiamentos a decorrer nove milhões trezentos e doze mil euros; pendentes de financiamento, cinco milhões e setecentos e trinta e nove mil euros. Aprovados, aqui a escola E.B. 2/3 de Nogueira, quatro milhões e cinquenta e quatro mil euros. Valorização do Centro Urbano e Parque Urbano, cinco milhões e duzentos e sessenta mil euros. Retirando os quatro milhões com referência á escola de Nogueira, dá-nos um valor aproximado de vinte milhões de euros. Quanto representam trinta por cento deste valor? Seis milhões e muitos euros. Pára-se com tudo isto? Vamos arranjar os seis milhões de euros e depois formular as candidaturas? É isso que vocês querem? Ainda há bem pouco tempo a Câmara celebrou um contrato programa com o poder central para a reparação da rede viária de Lousada. Que disse o Sr. Secretário da Administração Local? Cito: “ Lousada tem níveis de endividamento notáveis, que lhe permite este tipo de obras. E que a mesma só é possível devido a comparticipação do município”. Segundo informações que colhi, o grau de execução do QREN actualmente anda à volta dos cinco por cento. Porque será que isto acontece? Porque o grosso dos municípios atingiram os limites de endividamento. Diz o boletim mensal de Novembro passado da Associação Nacional de Municípios, que nos foi remetido com os documentos, isto em considerações municipais ao Orçamento de Estado de dois mil e dez. É um o pedido que formulam: “Importa revogar a necessidade de aprovação de determinados empréstimos legalmente exceptuados nos limites de endividamento, nomeadamente quanto a obras co-financiadas por fundos comunitários, assim se obstando limitações ao plano aproveitamento do QREN”. Sabem o que isto quer dizer? Felizmente que o nosso município não necessita dessas revogações.»-

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Em relação aos empréstimos. Os empréstimos são fundamentais nos dias de hoje para que possamos ter acesso a um conjunto significativo de candidaturas que serão determinantes no futuro do município e para as gerações futuras. Agarramos nesta altura ou sobre pena de nunca mais agarrarmos. Como sabem o QREN termina em dois mil e treze. Há necessidade de concretizar um conjunto significativo de situações que se nos deparam por via desta medida. É óbvio que os municípios portugueses não passam por situações de abundância em termos financeiros. Isto é incontornável, há necessidade, de cada vez mais termos uma atitude bastante rigorosa em termos das poucas disponibilidades que temos para que possamos ter uma gestão consentânea. Nesse contexto a necessidade de contrair os empréstimos resulta da disponibilidade que o município ainda tem em termos de capacidade de endividamento, por um lado, e sobretudo também, tendo em conta que na maioria desses casos, e nomeadamente no maior, nem sequer as gerações futuras serão oneradas “grosso modo”, por uma razão muito simples, é que estes empréstimos na área do ambiente, no caso de água e saneamento são revertíveis. Nós temos receitas permanentemente que abatem uma grande parte do investimento feito. Era uma medida contra-natura se eventualmente não avançássemos com este investimento nesta altura. E lembro que no actual quadro comunitário, no âmbito do centro escolar, foi dito há dias na CIM do Sousa e Tâmega que metade do investimento que está aprovado não está concretizada por falta de capacidade económica dos municípios. E portanto, se enquanto o município de Lousada tiver essa disponibilidade, eu entendo, que é estratégico que deve ir buscar o máximo possível de candidaturas e fundos comunitários. Aliás dizia aqui há uns anos atrás o vosso saudoso vereador Jaime Moura que a Câmara de Lousada enquanto pudesse devia ir aos empréstimos para resolver estes problemas que têm origem nos fundos comunitários. Não deixamos de o fazer mas com a parcimónia e com as condições que nos vão deparando, vamos seguramente, nos interesses de todos os lousadenses, concretizando aquilo que são os reais propósitos de todos nós». -----

----- Passou-se de seguida à votação da proposta número dois do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada, a autorização para contrair um empréstimo ao Banco BPI no valor de quatrocentos e noventa e dois mil, novecentos e sessenta e três euros e dois cêntimos, sendo cento e cinquenta e cinco mil oitocentos e noventa e seis euros e oitenta e dois cêntimos para beneficiação da rede

viária – 1.ª Fase; cento e setenta e um mil oitocentos e trinta e dois euros e sessenta cêntimos para beneficiação de estradas municipais – 1.ª Fase; e cento e sessenta e cinco mil cento e quarenta e três euros e sessenta cêntimos, para construção da variante urbana de Lousada - 1.ª Fase, investimentos a financiar pelo FEDER, no âmbito do QREN, conforme estabelece a alínea d) do nº 2 do art. 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conjugado com o nº6 do art. 38º da Lei nº 2/2007 de 15 de Janeiro2. -----

----- A proposta número dois foi aprovada por unanimidade de cinquenta votos, com declaração de voto do Sr. José Gonçalves pelo Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Votamos favoravelmente o empréstimo para investimentos a financiar pelo FEDER, no âmbito do QREN, no valor de quatrocentos e noventa e dois mil, novecentos e sessenta e três euros e dois cêntimos, uma vez que estamos perante obras necessárias para o desenvolvimento do concelho e bem-estar dos nossos cidadãos. Beneficiar, requalificar e modernizar a rede viária do concelho é sem dúvida uma prioridade. Quanto à conclusão da variante à vila, apenas vem com dez anos de atraso. Nesse sentido de voto e da responsabilidade para com todos os lousadenses que votaram em nós e nos elegeram para os representar, apenas não compreendemos, como é que o Município não aproveitou esta oportunidade única e histórica de receber mais de um milhão de euros da União Europeia, no âmbito do QREN. A triste realidade é sabermos que, uma vez mais, a Câmara Municipal não tem dinheiro para pagar a parte que lhe é exigida, ou seja, trinta por cento do valor global da obra. O que não deixa de ser um enorme paradoxo, para quem, como esta pequena e transitória maioria socialista aqui presente, vem afirmando que esta Câmara goza de boa saúde. A verdade é que em Lousada, esta Câmara apenas faz obras com dinheiros dos fundos comunitários e dos empréstimos bancários a serem pagos em quinze anos com dois anos de carência. Aí está a política do “quem vier atrás que feche a porta”, pois não vai ser com certeza esta pequena e temporária maioria socialista a pagar mais esta dívida. Aliás, até parece que quanto a estes pagamentos, “livrai-nos senhor». E declaração de voto do Sr. Joaquim Santos pelo Grupo Municipal do Partido Socialista: «A bancada do Partido Socialista votou favoravelmente este ponto da agenda por dois motivos: Primeiro, porque a obra a executar é necessário para o desenvolvimento do concelho; Segundo, porque este empréstimo é inferior ao limite de endividamento de médio e longo prazo, que tem o valor de doze milhões seiscentos e dois mil oitocentos e oitenta e três euros e dezoito cêntimos,

conforme informação prestada pela Direcção Geral das Autarquias Locais»

----- Esclarecimento do Presidente da Mesa da Assembleia: «Eu continuava a chamar à atenção, peço desculpa. Isto é uma Assembleia tem regras democráticas de funcionamento a Assembleia rege-se pelo Regimento. O espírito da lei quando diz que as pessoas têm direito a fazer declaração de voto, não é este tipo de atitude que estão a ser tomadas aqui. Portanto eu penso que os dois partidos estando no direito de intervir devem repensar a maneira de fazer as declarações de voto. É só uma chamada de atenção. Acho que se está a fazer declaração de voto que são a repetição do que se falou antes. Isso não tem cabimento numa Assembleia». -----

----- QUINTO PONTO: Empréstimo para investimentos a financiar pelo FEDER no âmbito do QREN, no valor de 164.321,00€-----

Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou de seguida à votação da proposta número três do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada, autorização para contrair um empréstimo ao Banco BPI no valor de cento e sessenta e quatro mil, trezentos e vinte e um euros, sendo cinquenta e um mil novecentos e noventa e cinco euros e sessenta cêntimos para beneficiação da rede viária – 1.ª Fase; cinquenta e sete mil duzentos e setenta e sete euros e cinquenta e três cêntimos para beneficiação de estradas municipais – 1.ª Fase; e cinquenta e cinco mil quarenta e sete euros e oitenta e sete cêntimos, para construção da variante urbana de Lousada - 1.ª Fase, investimentos a financiar pelo FEDER, no âmbito do QREN, conforme estabelece a alínea d) do nº 2 do art. 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conjugado com o nº6 do art. 38º da Lei nº 2/2007 de 15 de Janeiro”. -----

----- A proposta número três foi aprovada por unanimidade de cinquenta votos, com declaração de voto do Sr. José Gonçalves pelo Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Votamos favoravelmente o empréstimo para investimentos a financiar pelo FEDER, no âmbito do QREN, no valor de cento e sessenta e quatro mil, trezentos e vinte e um euros, uma vez que estamos perante obras necessárias para o desenvolvimento do concelho e bem-estar dos nossos cidadãos. Tratam-se de obras de grande interesse público e em que o lucro social está muito acima dos encargos aqui decorrentes. Voltamos no entanto a salientar a

necessidade que o Município tem de recorrer para aceder a investimentos apoiados por fundos comunitários. E como sempre, não tem condições para o fazer, sem este recurso de onerar os futuros executivos camarários». E declaração de voto do Sr. Joaquim Santos pelo Grupo Municipal do Partido Socialista: «A bancada do Partido Socialista votou favoravelmente este ponto da agenda por dois motivos: Primeiro, porque a obra a executar é necessário para o desenvolvimento do concelho; Segundo, porque este empréstimo é inferior ao limite de endividamento de médio e longo prazo, que tem o valor de doze milhões seiscentos e dois mil oitocentos e oitenta e três euros e dezoito cêntimos, conforme informação prestada pela Direcção Geral das Autarquias Locais». -----

----- SEXTO PONTO: – Empréstimo destinado a investimentos na área do saneamento básico até 2.227.000,00€-----

----- Intervenção do Sr. Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva”- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Senhor presidente era uma chamada de atenção disse duzentos e vinte sete milhões de euros e eu nos documentos apensos a este ponto tenho dois milhões e duzentos e vinte sete mil. Gostava que vissem os documentos que vieram sustentar este ponto de ordem de trabalhos, porque de facto parece que está incorrecto. Talvez seja melhor fazer uma correcção ao ponto da ordem de trabalhos, porque estamos aqui aprovar um valor que não corresponde à verdade». -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Só uma questão que me parece importante aqui trazer à colação. Acho importante esta observação que o Carlos Nunes fez. Eu próprio ia rectificar esta questão. Mas há aqui uma situação que é importante ter em conta, senhor presidente, senhores membros da Assembleia Municipal e todos presentes, tenho ouvido a declaração de voto que o PSD tem feito, mas esquece de uma circunstância, que me parece que devia ter incluído na declaração de voto. Todos os municípios do país neste momento se conseguem fazer obras são fruto dos fundos comunitários, do QREN. Todos sem excepção, “grosso modo”. Senão o fizessem, provavelmente, estava o país parado. E isto é transversal. Não vale a pena escamotear os factos, quem o disse ainda há bem pouco tempo, foi a vossa líder numa intervenção que fez em que dizia: “provavelmente os municípios portugueses, senão houvesse o instrumento do QREN estavam parados”. Infelizmente é verdade. Portanto não vale a pena vir com esse argumentário, porque ele é transversal a todos os municípios. Se há essa disponibilidade, e o nosso em particular ainda têm

condições para suportar via empréstimo os trinta por cento, porque de qualquer maneira, a Câmara de Lousada em relação às instituições bancárias, pontualmente, paga os encargos dos empréstimos e os seus juros. Os empréstimos que temos feito são sobretudo direccionados na área do ambiente. A grande maioria dos nossos empréstimos são todos revertíveis, Eu julgo que enquanto cá estivermos, e quando espero, quando não estivermos se siga este pressuposto, que a área do ambiente se mantenha claramente nas mãos do município, porque, por um lado salvaguarda os interesses dos nossos concidadãos em termos de taxas e de tudo. E por outro lado, se tiver algumas receitas tem condições, por esta via, efectivamente, ainda ter capacidade para fazer algumas coisas no futuro. Julgo que se assim for, seguramente estes empréstimos não terão problemas nenhuns para as gerações futuras, porque eles próprios por si se pagam». ---

----- Passou-se de seguida à votação da proposta número quatro do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada, autorização para contrair um empréstimo destinado a investimento na área do saneamento básico até dois milhões duzentos e vinte e sete mil euros, nos termos da alínea d) do nº 2 do art. 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro, conjugado com o nº 6 do art. 38º da Lei nº 2/2007 de 15 de Janeiro” -----

----- A proposta número quatro foi aprovada por unanimidade de cinquenta votos, com declaração de voto do Sr. José Gonçalves pelo Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: “Votamos favoravelmente esta proposta para contracção do empréstimo destinado a investimentos na área do saneamento básico até dois milhões duzentos e vinte e sete mil euros por se tratar de uma área de extrema importância, como é das infra-estruturas básicas para os lousadenses. Lamentamos, isso sim, que o Município esteja a recorrer à banca para realizar um serviço que já deveria estar concluído há muito tempo. Uma vez mais falamos de um empréstimo com duração de quinze anos com mais dois anos de carência. A pergunta que uma vez mais fica, é, quem vai pagar este empréstimo? Não é o actual executivo com toda a certeza.” E declaração de voto do Sr. Joaquim Santos pelo Grupo Municipal do Partido Socialista: “ A bancada do Partido Socialista votou favoravelmente este ponto da agenda por três motivos: Primeiro, porque é um empréstimo destinado a investimentos na área do saneamento básico; Segundo, porque proporcionará, no futuro, aumento de receitas para o Município; Terceiro, porque este empréstimo é

inferior ao limite de endividamento de médio e longo prazo, conforme informação prestada pela Direcção Geral das Autarquias Locais”. -----

----- SÉTIMO PONTO: Autorizar o Município a associar-se à AMPV- Associação de Municípios Portugueses de Vinho -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou de seguida à votação da proposta número cinco do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada nos termos da alínea m) do nº 2 do art. 53º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, autorização para se integrar na AMPV- Associação de Municípios Portugueses do Vinho, de acordo com as condições gerais apresentadas”-----

----- A proposta número cinco foi aprovada por unanimidade de cinquenta votos -----

----- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- Intervenção do Sr. José Manuel Ferreira: «Senhor presidente, senhores vereadores, membros da Assembleia, comunicação social aqui presente, senhoras e senhores. Antes de dirigir as questões ao senhor presidente, gostaria de as contextualizar numa breve intervenção. O Centro Cultural e Recreativo de Lustosa, tem neste momento cerca de cento e quarenta atletas inscritos em todos os escalões, com especial ênfase para a formação de crianças e jovens. Por consideramos que a prática desportiva regular constituí entre outros aspectos um contributo para o desenvolvimento global e harmonioso nas facetas, física, intelectual, emocional e social, assim como para a sua formação cívica. Por isso, se compreende que as autarquias há luz da legislação tenham o dever de fomentar a prática desportiva de todas as crianças e jovens, garantindo-lhe igualdade de tratamento entre associações e atletas. No entanto, nos últimos anos o CCRL tem tido dificuldades no desenvolvimento das suas actividades devido ao reduzido apoio financeiro por parte da autarquia. Mais, a autarquia não tem a mesma atitude para com todas as outras associações desportivas e seus atletas em particular as crianças e jovens. Havendo associações da mesma natureza da CCRL que recebem avultadas quantias e nem sequer apostam na formação. Uns são apoiados com cinco e outros com cinquenta. A manter esta situação as associações tenderão forçosamente a abandonar a formação das crianças e

jovens, deixando os mesmos de poder contar com as associações numa área tão importantes para eles. Estamos, hoje cá nesta Assembleia, dirigentes, atletas, para sabermos se podemos contar com o apoio da autarquia? No último ano a CCRL recebeu apenas dois mil euros. Queremos acreditar que a situação se irá alterar substancialmente, mas sabendo que a próxima reunião de Câmara será decisiva a este respeito, gostaríamos de saber, senhor presidente, se é este o ano em que associações receberam igual tratamento por parte da autarquia? Poderá o CCRL contar este ano com o apoio que lhe permite garantir a manutenção da formação das crianças e jovens? Vamos finalmente poder ver concretizados os princípios da carta europeia de desporto para todos, que defende o uso de recursos públicos, em prol do desporto, enquanto factor de desenvolvimento humano. Gostaria de lembrar que Lustosa é maior freguesia do concelho de Lousada, representando dez por cento da população lousadense. Tem o maior número de jovens que contam essencialmente com o apoio da CCRL para prática do desporto. Gostava que reflectissem nisso. Como presidente estou aqui apenas fazer o que me compete, o projecto já mostrou o quanto é importante para o concelho. Só espero que não “cortem as asas” às nossas crianças, porque senhor presidente, uns tem acesso a todo tipo de desporto, os outros vêm o que eles têm?» -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Em relação a esta questão que é uma questão recorrente e pelos vistos por antecipação direi o seguinte: em relação aos subsídios que a Câmara Municipal dá, são uma mera liberalidade. A Câmara dá ou não dá. Se tiver condições para o fazer, fá-lo-á. Há questões que são determinantes para se perceber qual o tipo de apoio que podemos dar e, efectivamente, só tendo condições para o fazer. A Câmara quando eventualmente faz ou propõe determinado tipo de apoio, fá-lo em conformidade com alguns critérios. Fico satisfeito, seguramente, que vejo que a Associação de Lustosa tem feito um trabalho ou está a fazer um trabalho interessante. Aliás, vi uma reportagem do futebol amador e satisfez-me seguramente aquilo que vi. Uma coisa que me chamou à atenção e provavelmente o senhor como presidente actual não terá já memória é que há meia dúzia de anos as condições que o CCRL tinham era umas condições poucas razoáveis. E nessa altura a Câmara teve um papel preponderante na resolução de um problema que eu constatei nessa reportagem que vi que aquele espaço desportivo que o clube tem, é um espaço que dignifica por um lado, parece-me que o clube e o município. Já vi várias reportagens por aí fora de vários municípios às tantas com mais capacidade que a nossa e seguramente aquele espaço é um espaço que eu vi que estava cuidado e bem

tratado. E lembro o papel importantíssimo da Câmara na reconversão de todo aquele espaço, ainda era responsável pelo clube o Israel e fez um esforço também dele, muito grande e também nos envolveu. Portanto nós tivemos esse cuidado, “ não demos o peixe ao pescador demos-lhe a cana para pescar”, isto deve ser o princípio basilar e fundamental em qualquer circunstância. O município disponibilizou meios económicos com algum relevo para que se resolvessem aqueles problemas e o clube neste momento tem algumas condições, direi bastantes agradáveis para ter a prática desportiva. O apoio ao desporto não é só desta forma, não é só monetária, é desta como eu estou a dizer. Há municípios aqui á volta que efectivamente só fazem isso, dão apoio para instalações e remetem-se a isso. Nós temos ainda mais, com maior ou menor capacidade, efectivamente, temos dado dinheiro. A proposta que a Câmara tem é uma proposta condicionada à circunstância do momento económico porque os dias não são fáceis. Quando dizemos que temos de fazer sacrifícios, fazemos todos, não é só alguns. E temos que direccionar o nosso dinheiro para as actividades que são fundamentais, neste momento, para o município. Sem com isto querer dizer que estamos indisponíveis para apoiar. Não é nada disso, estamos com certeza interessados em continuar apoiar. O apoio deste ano poderá ser este ou mais, depende, vamos ver. Não há soluções estanque, há instituições com mais ou menos apoio, provavelmente, também em função da actividade delas. Lembro que Associação Desportiva de Lousada, Secção de Futebol Juvenil da Câmara não tem apoio nenhum directo em termos monetários. Utilizam as instalações, mais nada, não tem mais nenhum apoio. Portanto há uns que tem mais outros menos. Nós estamos sempre disponíveis para, nos locais próprios, nos sítios próprios, encontrar as melhores soluções para resolver estas situações, quando há algumas injustiças, se quiser, relativas». -

----- Faltou à sessão o seguinte membro: -----

----- João Edgar Avelino, presidente da Junta de Freguesia de Lousada Santa Margarida. -----

----- Passou-se de seguida à discussão e votação da acta minutada que fica apensa a esta acta e que foi aprovada por unanimidade de cinquenta votos. --

----- Eram zero horas e quarenta e dois minutos quando foi dada por encerrada a sessão. -----

A MESA
